

DSRH/
CC/IEL
01.04.3

PROF VANDERSI SANT'ANA CASTRO
PROC 01 P 5545/77

1. OS ESTUDOS SOBRE A REPETIÇÃO NO PORTUGUÊS FALADO NO BRASIL

O interesse, relativamente recente, pelo estudo da repetição no português falado no Brasil pode ser avaliado pela significativa bibliografia que já se produziu sobre o assunto. Desde o trabalho pioneiro de PERINI (1980) sobre "A função da repetição no reconhecimento da sentença", a pesquisa sobre o tema ampliou-se bastante, tendo resultado em trabalhos de maior fôlego, como teses acadêmicas (RAMOS 1985; BESSA NETO 1991; MARCUSCHI 1992), e em uma produção importante de artigos, sobretudo de investigadores ligados a projetos coletivos de pesquisa sobre o português falado (TRAVAGLIA 1989; DUTRA 1990; RISSO 1990; SOUZA 1990; KOCH 1990, 1992, 1994; CASTILHO 1993, 1994, 1996; CASTRO 1994; BESSA NETO 1994; ANTUNES 1994; RONCARATI 1994; NEVES & BRAGA 1995; MARCUSCHI 1996).

O fenômeno tem sido estudado a partir de recortes diferentes, de menor ou maior abrangência, que vão desde o enfoque pontual de determinados tipos ou funções da repetição (PERINI 1980; DUTRA 1990; RISSO 1990; SOUZA 1990; CASTRO 1994; ANTUNES 1994; RONCARATI 1994; NEVES & BRAGA 1995) até abordagens mais abrangentes, que incluem propostas de tipologias ou classificações mais gerais para a repetição (RAMOS 1985; TRAVAGLIA 1989; BESSA NETO 1991; KOCH 1990, 1992; MARCUSCHI 1992, 1996; CASTILHO 1993, 1994).

As perspectivas de estudo exploradas nessas investigações na verdade extrapolam a conhecida classificação de JOHNSTONE (1987) para os trabalhos sobre a repetição. JOHNSTONE identifica quatro tipos de estudos da repetição conforme o centro de interesse privilegiado seja:

- a) a repetição como recurso coesivo,
- b) a repetição como recurso retórico,
- c) os efeitos semânticos da repetição, ou
- d) a repetição na aquisição da linguagem, na socialização lingüística e no ensino da língua.

Esses centros de interesse, com efeito, não esgotam as possibilidades de abordagem do fenômeno. MARCUSCHI (1992:11) já acusou esta limitação, acrescentando a esses centros de interesse dois outros:

e) a repetição como processo de padronização sintática¹ e

f) a repetição como promotora de interação,

observando ainda que, mesmo assim, alguns aspectos da repetição focalizados em diversos trabalhos não seriam abarcados por essas linhas gerais.

Os acréscimos propostos por MARCUSCHI, efetivamente, apontam lacunas na classificação de JOHNSTONE, relativas às áreas da sintaxe e da pragmática. E porque essas lacunas dizem respeito a áreas inteiras, um reparo poderia ser feito à formulação de MARCUSCHI, em favor de alternativas de caráter mais geral, como: e) aspectos sintáticos da repetição, e f) funções pragmáticas da repetição.

Adotando como princípio essa orientação de caráter mais geral que sustenta a sugestão acima, identificarei as perspectivas exploradas nos trabalhos sobre a repetição no português do Brasil associando-as a áreas gerais dos estudos da linguagem, dentro das quais se situariam os aspectos da repetição focalizados nos estudos.

Constata-se que, em sua maioria, esses trabalhos têm procurado esclarecer o papel ou as funções da repetição no funcionamento discursivo, quer no que diz respeito à atuação do falante e do ouvinte, e ao jogo interacional que se estabelece entre eles, quer no que diz respeito à composição do texto, e à criação de efeitos semânticos. Dito de outra forma, os estudos têm, predominantemente, focalizado as funções da repetição no discurso em três âmbitos de atuação: pragmático, textual e semântico. Em menor escala, também têm sido abordados aspectos sintáticos da repetição. Registram-se ainda algumas considerações sobre aspectos fonéticos e fonológicos de certas repetições associados a outras propriedades dessas repetições.

Deve-se assinalar que essas diferentes perspectivas de estudo são, freqüentemente, conjugadas nos trabalhos, e, não raras vezes, correlacionadas - na medida em que os investigadores estabelecem relações entre diferentes aspectos da repetição.

¹ É preciso lembrar que JOHNSTONE (1987: 208-209) menciona o "paralelismo sintático" (fazendo remissão a LOWTH (1794) - que teria cunhado a expressão - e aos trabalhos de JAKOBSON (1960; 1966; 1968) sobre função poética), situando este recurso na abordagem que explora "os efeitos semânticos da repetição". É destacado o fato de que as estruturas paralelas propiciam a associação semântica dos termos que nelas ocorrem, em relações diversas como sinonímia, antítese, síntese. O tratamento desse fenômeno dentro de uma perspectiva semântica (enquanto MARCUSCHI já lhe destaca o aspecto sintático) é bastante ilustrativo de como um mesmo fato linguístico envolve diferentes aspectos ou facetas, podendo, conseqüentemente, ser tratado sob enfoques e rubricas diferentes, o que de certa forma mostra a relatividade das classificações dos fenômenos.

Procurarei resumir os principais resultados a que chegaram as investigações, agrupando-os conforme as diferentes perspectivas a que digam respeito. Este tipo de apresentação certamente sacrificará uma visão abrangente de cada trabalho, mas, por outro lado, e é esta a razão de minha opção, permitirá identificar as perspectivas em que houve mais avanço na pesquisa e aquelas em que o progresso não foi tão grande. A exposição se organizará em torno dos seguintes tópicos:

- as funções pragmáticas da repetição
- a atuação da repetição na estruturação do texto
- os efeitos semânticos da repetição
- aspectos sintáticos da repetição
- aspectos fonético-fonológicos da repetição

AS FUNÇÕES PRAGMÁTICAS DA REPETIÇÃO

De início deve-se esclarecer o que se está entendendo por pragmático. Em que pese a dificuldade/diversidade que se atesta quanto à definição de Pragmática (LEVINSON 1983: cap. 1; DASCAL 1982: Introdução), o termo pragmático está sendo usado aqui em referência a aspectos da linguagem (da repetição, no caso) que se explicam ou se justificam em função do uso da linguagem no seu contexto de ocorrência, tendo em vista os usuários da linguagem e o jogo interacional que estabelecem. Neste sentido, terá, por exemplo, caráter pragmático uma repetição que se constitui em recurso de que se vale o locutor para preencher e, em consequência, manter seu turno. Da mesma natureza será a repetição que contribui para facilitar a compreensão do discurso por parte do ouvinte. Ainda terá função pragmática a repetição que se constitui em recurso para um interlocutor tomar o turno a seu parceiro, ou simplesmente manifestar adesão ou rejeição ao que seu parceiro acaba de dizer.

Dentro da perspectiva pragmática, assim entendida, a atuação da repetição tem sido detalhada em uma diversidade de funções - não excludentes, ressalte-se - que convergem para três fatores básicos já apontados por TANNEN (1987): produção, compreensão, interação.

Grosso modo, no que diz respeito à produção, a repetição facilita a tarefa do falante, na medida em que lhe permite uma economia de esforço na construção de seus enunciados pela

utilização de estruturas já prontas, total ou parcialmente. Por outro lado, a repetição de natureza hesitativa, que atua como preenchimento de pausa, assegura ao falante a manutenção do turno enquanto planeja melhor a sequência de seu discurso.

No que diz respeito à compreensão, a repetição facilita o trabalho do ouvinte: garantindo um discurso semanticamente menos denso, e atuando na estruturação textual como recurso coesivo, enfático, saneador de dificuldades de processamento por parte do receptor, a repetição atenua o efeito das limitações perceptuais próprias da situação de comunicação oral e permite ao ouvinte processar e compreender o discurso com menos esforço.

No que diz respeito à interação, a repetição é um recurso de que se vale o falante para disputar o turno, para manifestar concordância, dúvida ou discordância em relação ao que foi dito pelo parceiro, para prover esclarecimentos, correções ou desenvolvimento à fala do outro, para ratificar contribuições do parceiro, para inteirar um novo parceiro do assunto corrente, para mostrar atenção e interesse na conversa. A repetição se revela, assim, um recurso a serviço de estratégias conversacionais diversas que marcam a ligação entre os interlocutores e entre suas falas, constituindo-se em fator de “envolvimento interpessoal” na conversação, na expressão de TANNEN (1987).

A atuação da repetição na produção, compreensão e interação tem sido destacada em diversos trabalhos sobre o português do Brasil.

Analisando diálogos informais de falantes de classe média, com idade entre 11 e 36 anos, e restringindo sua observação ao nível sentencial, PERINI (1980) mostrou que a repetição não contígua após inserção restaura a ordem canônica da sentença, facilitando o processamento do enunciado por parte do ouvinte.

RAMOS (1985), analisando a fala coloquial de estudantes de 14 e 15 anos, observa que a reestruturação do discurso através da repetição “é guiada por uma espécie de ‘mecanismo de facilitação’ que atua no nível sintático também, mas principalmente no nível textual”(p.16). A repetição contribui, assim, para facilitar a tarefa do ouvinte no processamento dos enunciados, isto é, tem uma “função comunicativa”. Adotando a perspectiva do receptor, RAMOS apresenta uma classificação funcional das repetições na língua falada identificando “repetições que facilitam a tarefa do ouvinte” e “repetições que não contribuem para facilitar a tarefa do ouvinte”. Entre as do primeiro grupo, RAMOS inclui repetições que se prestam a reconstituir estruturas sintáticas

canônicas, “ênfatizar elementos da sentença”, explicitar o tópicô de uma nova sequência assegurando a coesão com a sequência anterior, “ênfatizar elementos de conteúdo e delimitar unidades discursivas”, “recolocar em cena informações que auxiliarão o ouvinte (e o falante) a recompor o fio central da conversa” (p.14-15). Neste último caso RAMOS aponta a contribuição da repetição não só para a compreensão mas também para a produção do discurso. Este fator ainda é associado a um tipo de repetição incluído no segundo grupo da classificação de RAMOS, a “repetição hesitação”, cuja função é propiciar ao falante um tempo extra para planejar a sequência de seu discurso.

Com base em análise de dados do Projeto NURC (três inquéritos do tipo D2 - diálogo entre dois informantes), TRAVAGLIA (1989) propõe uma extensa classificação de causas ou funções da repetição no português falado, correlacionando-as à estrutura da conversação e da língua oral. O Autor apresenta um conjunto de quarenta e nove (49) causas ou funções agrupando-as em MACRO-CAUSAS e MICRO-CAUSAS, que têm âmbitos de atuação diferentes. As macro-causas atuam no discurso como um todo e subordinam micro-causas. As micro-causas têm um escopo de atuação mais restrito - atuam em partes do discurso. Muitas das micro-causas apontadas por TRAVAGLIA - a maioria delas, na verdade - poderiam ser identificadas como funções pragmáticas nos termos em que estão sendo compreendidas neste trabalho. Assim, seriam associadas à produção todas as repetições que asseguram ao falante um ganho de tempo para planejar a sequência de seu discurso, entre as quais se incluem as relativas ao fenômeno da hesitação (cf. micro-causas 34; 10, 11 e 13); também as repetições que encobrem auto-correções, consideradas na micro-causa 21; e ainda as repetições que garantem economia de esforço por parte do falante pela reutilização de material lingüístico já usado no contexto discursivo imediato, como ocorre com os casos referidos nas micro-causas 15 e 27. À compreensão se associam todas as repetições que facilitam a tarefa do ouvinte no processamento do discurso, como as que reconstituem estruturas da língua (cf. micro-causas 24 e 25); as que delimitam unidades de assunto (cf. micro-causa 45); as que contribuem para maior clareza do discurso (cf. micro-causa 12), e para a superação de ruídos no canal (cf. micro-causas 9, 33 e 35), e as que contribuem para a coesão do discurso, particularmente as que marcam a retomada do fio condutor da conversa, após interrupção (cf. micro-causas 14, 17 e 19). Associam-se mais especificamente ao jogo da interação dos interlocutores todas as repetições relacionadas com a

disputa de turno (cf. micro-causas 22, 23, 36), com a manifestação de concordância, discordância, ou contribuições (acrécimo, correções) quanto ao que foi dito pelo interlocutor (cf. micro-causas 26, 29, 32, 40, 39, 30, 28, 31), e com a simples manifestação de participação e de interesse na conversa (cf. micro-causas 37 e 38).

Estudando a atuação da repetição na estruturação do texto oral, KOCH (1990) identifica, ao lado de funções textuais e argumentativas, “funções interacionais” da repetição. Esta classe recobre, em última análise, funções da repetição relacionadas com a produção - preencher pausas, garantindo ao locutor tempo para o planejamento do que vai ser dito; com a compreensão - “dar saliência ao que se considera mais relevante”, neutralizar ruídos ou outro tipo de perturbação externa; e com a interação propriamente dita - “funcionar como sinais do ouvinte, retroalimentadores”, “evidenciar concordância com o que está sendo dito pelo outro”; “cooperar com o parceiro, quando, por exemplo, lhe faltam palavras adequadas ou quando custa a lembrar-se de algo”, “provocar correções ou esclarecimento por parte do interlocutor” (p.2-3).

Em outro trabalho, tratando do mesmo tema, KOCH (1992) aponta a atuação da repetição em “formulações disfluentes” como “marcadora de hesitação” ou com função “saneadora”, relacionando, portanto, a repetição com o fator produção. Acentuando que a repetição não ocorre somente em formulações disfluentes, KOCH observa que seu uso é atestado em formulações fluentes, com funções diversas de caráter coesivo, retórico e interacional. Por criar um “ralentando” no fluxo do tópico e por assegurar coesão e coerência no discurso, o uso da repetição nesses casos facilitaria a compreensão, segundo KOCH. As funções coesiva e didática, que figuram no quadro de funções da repetição estabelecido por KOCH, podem ser associadas a esse papel facilitador da repetição. Quanto às funções interacionais, especificamente, KOCH identifica a atuação da repetição na criação de envolvimento, na construção conjunta de idéias, na identificação dos “selfs”.

Analisando a atuação da repetição lexical na narrativa oral, BESSA NETO (1991) associou ao fator produção três das várias funções que identificou: hesitação, reparo e elaboração. Para BESSA NETO, dado o fato de que na fala planejamento e execução são simultâneos, o que implica escolhas lexicais rápidas e definitivas, a repetição lexical com tais funções é um dos recursos de que se vale o falante para amenizar essas condições de produção do texto oral. Através de repetições que configuram hesitação, reparo, ou elaboração, o falante

assegura a manutenção de seu turno , corrige ou reelabora o texto já editado sem interromper o fluxo de sua fala.

Em seu estudo sobre a repetição na língua falada, em que uma das vertentes exploradas é a interacional, MARCUSCHI (1992) apresenta um quadro de funções discursivas da repetição. Têm lugar nesse quadro funções ligadas à compreensão e à promoção da interação. Repetições de intensificação, de reforço e de esclarecimento (comentário ou explicitação sobre o dito) são identificadas por MARCUSCHI como repetições que facilitam a compreensão. São associadas à criação de envolvimento na interação repetições que se prestam à monitoração da tomada de turno, à ratificação do papel de ouvinte (a repetição do outro funcionando como sinal de atenção), à incorporação da fala do outro, à criação de humor, ironia, à responsividade (a repetição que integra um par adjacente pergunta-resposta). Como um dos objetivos de seu trabalho é procurar estabelecer correlações sistemáticas entre formas e funções da repetição, MARCUSCHI avança algumas observações nesta direção, identificando, em relação a certas funções, as características formais típicas ou mais frequentes da repetição em questão, quanto a sua distribuição, configuração, produção (auto ou heterorrepetição), e quanto ao segmento que a constitui.

A ATUAÇÃO DA REPETIÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO

De um modo geral, pode-se dizer que três pontos têm sido destacados, na literatura, quanto à atuação da repetição na composição do texto: sua contribuição à coesão e à coerência do discurso (também salientada por TANNEN 1987), seu uso em correções e reformulações textuais, e sua utilização na estruturação da argumentação discursiva.

Já foram mencionadas anteriormente as diversas funções da repetição identificadas por RAMOS (1985), que mostram como esse recurso atua no nível da sentença e sobretudo no “nível textual”, de forma a tornar o discurso mais acessível ao processamento e à compreensão do ouvinte.

TRAVAGLIA (1989) acentua que todas as repetições contribuem para estabelecer coesão e coerência na discurso (p.22). Além dessa atribuição geral, pode-se destacar no levantamento

minucioso que TRAVAGLIA faz das micro-causas da repetição, que, certas repetições estão particularmente envolvidas na estruturação do texto, como as que atuam na retomada do fio condutor da conversa, após interrupções de caráter variado (cf. micro-causas 14, 17, 19); as que se prestam à manutenção de um mesmo tópico (cf. micro-causas 27, 47 e 49); as que delimitam unidades de assunto dentro da conversação (cf. micro-causa 45); as que estabelecem seqüenciação temática no discurso (cf. micro-causa 48). TRAVAGLIA também destaca a atuação da repetição como recurso argumentativo usado para ratificar, retificar ou construir um argumento (cf. micro-causas 16, 18, 20, 32, 43, 44, 41).

DUTRA (1990) relaciona certos tipos de repetições oracionais e melódicas na narrativa oral e procura “mostrar como elas funcionam como fator de coesão” no discurso (p. 2). DUTRA identifica quatro tipos de repetições oracionais com função coesiva:

- “repetições homogêneas”: prestam-se a retomar o fio da narrativa e se identificam como aquelas em que uma oração se repete com a mesma melodia, havendo entre a matriz e a repetição a interposição de material lingüístico, como comentários ou observações alheias aos eventos narrativos, ou “qualquer quebra do ritmo, do fluir da narração” (p.4);
- “orações repetidas com entoação diferente”: nestes casos, a repetição, ao mesmo tempo, “indica a abertura de um novo segmento” e marca a coesão desse segmento com as orações antecedentes (p.5);
- “orações distintas com entoação repetida”: trata-se de casos em que o narrador retoma a narração (após um comentário, por exemplo), repetindo em “segmentos oracionais distintos” a “mesma melodia entoacional” (p.6);
- “forma ligeiramente alterada com a mesma entoação”: este tipo se caracteriza pela variação na forma dos itens lexicais (em termos de flexão, posição, sinonímia, elipse), mas com manutenção da estrutura oracional e da melodia, e funciona como um recurso para conectar trechos da narrativa pela retomada de “uma certa maneira de narrar que foi interrompida por uma série de razões”(p.7).

RISSO (1990) mostra que a repetição e a paráfrase atuam no discurso oral dialogado estabelecendo vínculos coesivos no interior do tópico e entre tópicos discursivos- “compensando suspensões temáticas, relacionando fragmentos tópicos não linearmente dispostos, participando

da fixação e articulação dos limites das unidades, atuando no direcionamento de sua estrutura interna” (p.83).

Examinando dados do português oral semi-espontâneo, SOUZA (1990) estuda a atuação de “estruturas paralelas”(EP) - repetições literais, repetições com variação formal e paráfrases - na progressão temática, procurando correlacionar o fenômeno com a atitude do falante e do ouvinte por ocasião da ocorrência da sequência reiterativa. Pela análise dos dados, no que diz respeito à origem da EP, SOUZA conclui que, “na progressão temática, a sequência reiterativa é mais frequentemente motivada por um comentário avaliativo do interlocutor (...) ou por um ‘shift’ do F(...) - i.e. pela introdução de um tópico que mantém algum tipo de correlação com o tópico anterior. Grosso modo, a origem de uma EP guarda estreita correlação com a mudança tópica” (p.10). Quanto à distribuição da EP na organização tópica, SOUZA constatou que mais frequentemente sua ocorrência se verifica em final de subtópico, seguindo-se a introdução de um “shift” pelo falante. Em menor grau a EP ocorre no meio do tópico registrando-se a manutenção tópica na sequência (p.10-11).

Em trabalho posterior (RONCARATI 1994), a mesma Autora focaliza a atuação das estruturas paralelas (EP) - “recorrência de cláusulas em seu todo ou de seus constituintes segundo um mesmo padrão rítmico e entonacional”(p.147) - como recurso que salienta as proposições relevantes no texto dialogado e estabelece uma organização hierárquica entre os tópicos e os subtópicos do discurso. Ajudando a pontuar as informações relevantes, a EP contribui para “sinalizar a direção preferencial para a organização dos tópicos” (p.146). Com esta função, a EP “tende a ocorrer em margens intertópicas, seja abrindo ou retomando subtópicos, seja fechando tópicos à moda de síntese da proposição central de um dado evento”(p.146).

KOCH (1990, 1992) destaca a importância da repetição no estabelecimento da coesão textual. E argumenta: “em termos de coesão referencial, a estruturação das cadeias coesivas se faz justamente por meio de recursos reiteradores, como : proformas (pronominais, verbais, adverbiais, etc.); elipses, recursos lexicais (sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, nominalizações, expressões nominais definidas, etc.); repetição vocabular (reiteração de itens lexicais). Por outro lado, em se tratando de coesão sequencial, em suas duas modalidades frástica e parafrástica, verifica-se que esta última se realiza sempre através de algum tipo de recorrência: repete-se o mesmo item lexical, o mesmo tempo verbal, a mesma estrutura sintática (paralelismo),

conteúdos semânticos similares (paráfrase), elementos fonológicos segmentais e prosódicos (...); e, na coesão sequencial frástica, a continuidade de sentidos no texto é assegurada, em parte, pelos recursos de manutenção temática, entre os quais se destaca a recorrência de itens de um mesmo campo conceitual ou lexical, muitas vezes também morfologicamente relacionados”(1992: 4-5). (Deve-se observar que a abordagem de KOCH revela uma conceituação subjacente de repetição bastante ampla, que abarca repetições literais e com variação formal, paralelismos rítmicos e sintáticos, paráfrases, elipses). KOCH também focaliza as funções argumentativas da repetição, destacando o uso da insistência como recurso de persuasão. Remetendo a JOHNSTONE (1987), lembra que a repetição serve para criar a “presença retórica”: a reiteração de uma idéia “pode servir para torná-la persuasiva, mesmo sem suporte lógico”; a insistência em uma idéia acaba por torná-la aceitável, forçando a sua entrada ou a sua manutenção no campo afetivo do interlocutor (KOCH, 1992:5).

BESSA NETO (1991) compara a atuação da repetição lexical em textos narrativos orais e escritos, estabelecendo diferenças entre esses dois tipos de textos a partir desse parâmetro. BESSA NETO constata que a repetição lexical é muito mais intensa no texto oral, onde cumpre diversas funções das quais as mais importantes dizem respeito à conexão. A repetição lexical atuaria como fator de conexão em um “nível microestrutural ou intersentencial” ligando orações entre si, e em um “nível macroestrutural ou intersegmental” conectando segmentos maiores do texto. No primeiro caso, BESSA NETO identifica as funções de temporalização, desdobramento e catalisação. A temporalização é a função efetivada pela repetição de verbos com variação de modo e tempo, que amarra momentos e planos narrativos diferentes relativos a um mesmo evento da narrativa. A função de desdobramento ocorre quando o último item lexical de uma oração é retomado como tópico de uma nova oração. A função de catalisação é desempenhada por repetições lexicais literais que ocorrem tipicamente na posição de uma informação nova, e cuja atuação consiste em congregar orações que estão próximas no discurso e que têm em comum o item lexical repetido. Essas orações trazem “parcelas de uma informação mais geral sobre um mesmo referente”, funcionando o item repetido como um elemento aglutinador dessas parcelas de informação (p.128). Na conexão no nível macroestrutural, a repetição lexical atuaria através da função de indicição - retomada esporádica e distanciada de itens lexicais referentes ao pano de fundo da história - e através da tematização - repetição sistemática dos itens lexicais chaves da

narrativa em todos ou quase todos os seus segmentos temáticos. A conexão se mostra, assim, conforme a análise de BESSA NETO, como o fator funcional mais básico, mais importante da repetição lexical na narrativa oral. Com relação à narrativa escrita, BESSA NETO observou que a repetição lexical tem uma presença muito menos importante do que no texto oral, com um número muito menor de funções. As funções mais importantes da repetição lexical no texto narrativo escrito também dizem respeito à conexão, mas este fato não alcança a relevância que tem na narrativa oral. No oral a conexão lexical é marcante no nível microestrutural e no nível macroestrutural. Na escrita a repetição lexical como fator de conexão é “relevante apenas em alguns setores do nível macroestrutural” (p.227). No nível microestrutural atesta-se apenas uma presença discreta de repetições de desdobramento. No nível macroestrutural atuam repetições lexicais com função de finalização ou de indicição. A função de finalização ocorre quando uma repetição de presta a “emoldurar” um segmento temático: um referente que é colocado no início do segmento é retomado no seu final, de forma literal ou parafrástica. A função de indicição apresenta uma diferença em relação a sua manifestação no texto oral: no texto escrito, a repetição com função de indicição não retoma apenas referentes acessórios, do pano de fundo da estória, mas também referentes essenciais para o tema já que na narrativa escrita não há tematização pelo recurso da repetição, ou seja, não há repetição regular de itens lexicais em todos os segmentos temáticos, como ocorre na narrativa oral.

MARCUSCHI (1992) também chama a atenção para as funções textuais da repetição na língua falada, que compreenderiam a função de coesão e a de formulação. Especificando mais sua tipologia funcional, MARCUSCHI acusa a atuação da repetição na coesão sequencial e na coesão referencial (nos termos de KOCH 1989). Observa que uma das manifestações mais notáveis da atuação da repetição na coesão sequencial se dá pela “justaposição de elementos com padrão entoacional idêntico”, resultando na formação de listas ou paralelismos (p.117). Delimitando o que considera uma repetição com função de coesão referencial, MARCUSCHI (p.120) aponta como condições necessárias a preservação da referência e a identidade/similaridade formal entre a repetição e sua matriz, ficando assim excluídas as substituições pronominais, sinonímicas e por hiperônimos, hipônimos ou termos genéricos (diferentemente do que faz KOCH (1990, 1992), que conforme já se assinalou, pressupõe uma definição de repetição bastante ampla). Como funções textuais de formulação, MARCUSCHI arrola: a reconstrução de estruturas, a correção,

a expansão, a parentetização e o enquadramento. MARCUSCHI entende que a reconstrução de estruturas não se restringe ao nível da sentença (cf. PERINI 1980 e RAMOS 1985), mas se estende ao nível inter-sentencial, onde se observam “construções amalgamáticas” que resultam do “aproveitamento de materiais lingüísticos prévios que são retomados” e combinados (p.123). Na função de correção, MARCUSCHI deixa de lado “os casos de simples correção lexical, de pronúncia ou de equívoco no gênero ou número de item lexical”, e se restringe aos casos em que há “uma implicação mais ampla dentro da estrutura” textual (p.123). Quanto à função de expansão, MARCUSCHI atestou que ela é mais freqüente em segmentos maiores, observando-se nessas repetições, “uma tendência bastante acentuada” de expansão “à direita do núcleo verbal” (p.124). A função de parentização ocorre quando uma inserção qualquer fica parentetizada entre uma matriz e sua repetição. A função de enquadramento se efetiva quando a matriz e a repetição ocorrem respectivamente no início e no final de uma afirmação, emoldurando-a.

MARCUSCHI também trata das funções argumentativas da repetição (incluindo-as entre as “funções discursivas da repetição”), identificando sua ocorrência nos casos em que uma assertiva básica da argumentação em andamento é retomada como reafirmação, ou no estabelecimento de um contraste ou de uma contestação (p.145-150).

Deve-se observar que, em seu trabalho, MARCUSCHI estabelece distinção - bastante problemática - entre funções textuais e funções discursivas da repetição, apoiando-se em um critério de escopo, eu diria, na medida em que circunscreve a atuação das primeiras à organização local do texto, e vincula as últimas à organização global do texto. Em decorrência dessa distinção, o A. é levado a circunscrever a função de coesão ao que ele chama de organização local do texto, vinculada à linearidade textual e limitada a contextos discursivos mais restritos. Disso resulta o fato, no mínimo estranho, de que não são computadas como funções coesivas funções que o A. situa no nível discursivo e que atuam em contextos mais amplos, estabelecendo liames intra e entre unidades discursivas (como é o caso das funções ligadas ao tópico discursivo apontadas por MARCUSCHI: amarração intermitente, reintrodução de tópico, delimitação de episódios, atualização de cena). Finalizando seu trabalho, MARCUSCHI conclui que, no corpus analisado, “a repetição teria(...) duas grandes funções básicas: progressão temática e organização do tópico discursivo” (p.163). Trata-se, na verdade, de funções de natureza textual, que dizem respeito à coesão e à estruturação do texto.

Tendo em vista a atuação da repetição na coesão textual, ANTUNES 1994: 132-133) estabeleceu distinção entre o que denomina “repetições coesivas” e “repetições acidentais, não coesivas”. As “coesivas” estabelecem “alguma remissão” no texto (o que lhe confere continuidade e unidade), identificando-se, pois, como uma estratégia de organização coesiva do texto. Já nas “repetições acidentais” não se verifica um “propósito discursivo reiterativo” - essas repetições têm “um caráter de mera coincidência formal”. (É o caso de repetições de “unidades de alta frequência na língua, (...) com virtualidades polissêmicas mais amplas.”) ANTUNES (1994:134-135) destaca a atuação das repetições coesivas no nível macroestrutural do texto, como recurso utilizado para assinalar o “início e o remate do tópico” textual. (Desta forma atuam “repetições de natureza resumitiva, recapitulatória, ou de fechamento.”) Menciona ainda repetições que se situam “no final e no início de parágrafos consecutivos”, e que se prestam a sinalizar a continuidade tópica. No domínio intraparágrafo, segundo ANTUNES, as repetições atuam quer cumprindo função enfática ou de reforço, quer marcando a “concentração tópica paragrafical.”

OS EFEITOS SEMÂNTICOS DA REPETIÇÃO

De um modo geral, a bibliografia tem destacado, como efeito semântico da repetição, o seu caráter enfático, intensificador. Esse tipo de atuação da repetição tem um caráter claramente analógico: a repetição física de uma forma representa a ênfase, a intensificação de seu significado (ISHIKAWA 1991, apud KOCH 1992, aponta o caráter icônico da repetição na expressão de intensidade, iteração e continuação).

Contemplando a perspectiva semântica, RAMOS (1985: 14-15) inclui em sua taxonomia das repetições na língua falada a “repetição reforço” (cuja função é “ênfatizar elementos da sentença”), a “repetição-síntese” (que enfatiza elementos de conteúdo ao mesmo tempo que delimita unidades discursivas), e a “repetição intensificadora” (cuja função é “intensificar aspectos semânticos do item repetido”).

Também se incluem nessa perspectiva as repetições que, na análise de TRAVAGLIA (1989), servem para reforçar idéias expostas no discurso (cf. micro-causa 46).

KOCH (1992) aponta os efeitos semânticos de ênfase, intensidade, continuidade e iteração que podem resultar do uso da repetição.

Na identificação das funções semânticas da repetição lexical na narrativa oral, BESSA NETO (1991:102, 108) aponta as funções de intensificação e de reforço, adotando a terminologia de RAMOS (1985). Segundo BESSA NETO, a intensificação implica um adensamento da carga semântica do item repetido, podendo ser realizada por repetições lexicais literais ou com variação, sempre contíguas. O efeito de reforço decorre de uma repetição literal ou parafrástica, contígua ou próxima, que enfatiza um item lexical de uma seqüência imediatamente precedente. Como a repetição literal contígua pode desempenhar uma ou outra função, BESSA NETO procura distinguir formalmente os dois casos associando à função de reforço a presença de uma pausa entre a matriz e a repetição.

As funções de intensificação e de reforço são também mencionadas por MARCUSCHI (1992), que as associa ao papel da repetição de facilitar a compreensão.

Em trabalho anterior (CASTRO 1994), estudando um caso particular de repetição lexical do português falado, em que se constata uma relação sintagmática entre a matriz e a repetição, observei que esse tipo de construção envolve um efeito enfático direcionado de forma a salientar o sentido prototípico do termo repetido, implicando uma restrição quanto ao referente a que se aplicaria a expressão. Ou, em outros termos, e recorrendo-se aos conceitos semânticos de intensão e extensão (LYONS 1980:133), trata-se de uma construção que tem o efeito de confirmar a definição intensional do item envolvido na repetição e apontar uma restrição ou uma exclusão quanto à sua definição extensional.² Tem-se um exemplo do caso em:

(1) "...não é pajem pajem é arrumadeira" (NURC, D2-360, l. 303-304).

Com relação ao português de Portugal, e com base em dados colhidos em obras literárias que reproduzem a linguagem popular, MAÇÃS (1984) estuda os efeitos expressivos resultantes do uso da repetição lexical conforme o seu local de ocorrência na frase.

² Devo ao professor Ataliba T. de Castilho a sugestão desta interpretação.

ASPECTOS SINTÁTICOS DA REPETIÇÃO

Conforme já foi assinalado, o enfoque sintático não tem sido bastante explorado nos estudos sobre a repetição no português falado. Como se trata justamente da perspectiva que constitui o foco de interesse deste trabalho, maior atenção será dedicada ao exame dos estudos que se orientaram nessa direção.

O primeiro a explorar essa vertente é CASTELEIRO (1975). Em seu estudo sobre aspectos sintáticos do português popular falado no interior de Portugal, o Autor trata da “redundância sintática e expressividade”, onde aborda o uso da repetição. CASTELEIRO identifica vários tipos de repetição, dos quais começo por destacar o quiasmo sintático, a iteração verbal exocêntrica, a ampliação frástica exocêntrica e a iteração quantificadora.

O quiasmo sintático é caracterizado por CASTELEIRO como um “processo antitético que se usa na linguagem falada” que “consiste em opor as partes simétricas de duas frases, reforçando-se assim a idéia expressa”(p.70). Citam-se como exemplos (p.70):

(2) “Eu tiro lá duma cavadela e encho por exemplo uma garrafa destas e aqui para encher uma garrafa destas, é preciso tirar trinta ou quarenta apazes”.

(3) “Só vem aí pás esmolos e ele agora, uma vez que cá veio, veio cá uma vez, tirou-me as fitas todas, além da, da capela”.

Deve-se observar que nem sempre o quiasmo sintático constitui um processo antitético como se pode comprovar no exemplo (3) acima, onde não há oposição de idéias, mas somente a inversão da estrutura sintática. O mesmo se verifica em (11), citado mais adiante, que pode ser apontado como um belo exemplo de quiasmo sintático.

A iteração verbal exocêntrica “consiste na repetição do predicado, acompanhado sucessivamente de novos complementos, numa espécie de ampliação exocêntrica. A repetição do verbo serve assim de ponto de referência constante na apreensão dos novos elementos introduzidos na frase” (p.70). Exemplos (p.71):

levaria à identificação de paráfrases. Alguns dos exemplos de CASTELEIRO, todavia, apresentam uma peculiaridade formal, não destacada pelo Autor, que vale a pena mencionar: a paráfrase em questão envolve também a repetição de um item lexical que é retomado com variação morfológica paralela a uma variação na construção sintática que integra. Por exemplo:

(10) “Não é assim um pão caseiro, pão de casa, centeio, trigo”. (p.69)³

(11) “Que eu sou uma intrumetida e que eu só complico a vida, que complico a vida, que sou uma complicativa”. (p.69).³

Vale a pena lembrar também que as paráfrases muitas vezes instauram um paralelismo sintático por se inscreverem em um padrão estrutural recorrente. Isso pode ser observado nos exemplos de CASTELEIRO, embora não seja apontado pelo A.. No primeiro exemplo acima temos uma ilustração do fato nas estruturas equivalentes “pão caseiro”/ “pão de casa”, que atualizam recorrentemente o predicativo do sujeito. No segundo exemplo o paralelismo se cria pela recorrência da estrutura oracional.

Creio que a inclusão da “iteração sinonímica” em um estudo de “aspectos sintáticos” da língua só se justificaria, ou pelo menos ficaria mais clara, se privilegiasse o enfoque sintático das paráfrases em questão, ou seja, se se chamasse a atenção para os aspectos sintáticos envolvidos, ultrapassando-se, portanto, o enfoque exclusivamente semântico.

A iteração antonímica, por sua vez, tem lugar, conforme CASTELEIRO, quando o “falante recorre ao emprego de antônimos ou contrasta simplesmente a frase afirmativa com a negativa equivalente, para reforçar a idéia que pretende exprimir” (p.70).

Aqui também está envolvido um critério exclusivamente semântico, se for levada em conta somente a referência à antonímia, sem alusão a suas implicações sintáticas. Já toca à sintaxe, todavia, a menção ao contraste entre a frase afirmativa e sua correspondente negativa. Esse contraste tipicamente envolve a repetição total ou parcial de itens lexicais da frase matriz, retomados literalmente ou com variação morfológica.

Abaixo, um dos dois exemplos apresentados por CASTELEIRO (p.70):

³ Os grifos são meus.

(12) “Uma pessoa que não esteja habituada desorienta-se. Agora depois de se habituar já faz as coisas bem”.

Alguns comentários poderiam ser feitos ao estudo de CASTELEIRO:

1. Constata-se que subjaz a sua abordagem um conceito de repetição bastante amplo, que inclui a paráfrase (particularmente contemplada na “iteração sinonímica”, e passível de ocorrer também na “ampliação frásica exocêntrica”). Seu conceito de repetição abarca, portanto, a recorrência de conteúdo, independentemente da recorrência da forma, o que implica a utilização de um critério semântico na identificação do fenômeno.

2. A orientação semântica do estudo de CASTELEIRO não se limita à inclusão da paráfrase como um tipo de repetição. É notório que também está na base da identificação da “iteração antonímica”. Manifesta-se ainda no destaque ao caráter “antitético” e de reforço de exemplos de “quiasmo sintático”. E, na verdade, subjaz a todo o tratamento da repetição por parte de CASTELEIRO: o fenômeno é abordado sob a rubrica “redundância sintática e expressividade”. A repetição aparece aí ao lado de “formas expressivas”, e outros recursos de que se vale o locutor para se fazer “compreender dos seus interlocutores” (p.69).

3. Para além da vinculação à semântica que a expressão “redundância sintática” sugere (repetição de idéias, reforço, expressividade através de recursos da sintaxe), uma outra direção interpretativa, não sei até que ponto vislumbrada ou objetivada por CASTELEIRO, pode ser explorada na consideração da expressão. Trata-se de associar o termo redundância particularmente ao fenômeno sintático, e a expressão apontaria, então, o fato de que a repetição implica a retomada de estruturas sintáticas, projetando o eixo paradigmático sobre o eixo sintagmático. A repetição estaria, assim, na origem de uma sintaxe vertical” (CASTILHO 1994) que se instaura no próprio desenrolar da seqüência enunciativa, desenhando colunas em pontos da cadeia sintagmática do enunciado. Essa sintaxe vertical é atestada nos exemplos de CASTELEIRO e pode ser visualizada mais claramente se os dados são apresentados através de

uma transcrição bi-axial (cf. BLANCHE-BENVENISTE et alii 1979). Para ilustrar, retomam-se os exemplos (4), (5), (6) e (10):

(4) Vendem camas de roupas

vendem lençóis

vendem colchas

tapetes

vendem tudo.

(5). Então, olhe, eu levanto-me

levanto-me bastante cedo, porque eu não gosto

não gosto de [es]tar na cama.

(6) Fui lavá-las [as tripas] ao ribeiro,

a um ribeiro que havia ali,

que passava ali perto.

(10) Não é assim um pão caseiro

pão de casa, centeio

trigo.

PERINI (1980) também aborda a repetição a partir de uma perspectiva sintática. Conforme já se mencionou anteriormente, o Autor associa a repetição não contígua após inserção à função de reconstituir estruturas canônicas, o que contribuiria para facilitar o processamento do enunciado por parte do ouvinte. Se por um lado PERINI associa esta função à repetição não contígua, por outro lado considera que “a repetição contígua parece estar ligada a fenômenos inteiramente distintos, como a ênfase e a hesitação” (p.119). O critério da contigüidade adotado por PERINI para a classificação funcional das repetições foi posteriormente revisto por

RAMOS (1985), que encontrou repetições contíguas e não contíguas com as mesmas funções. BESSA NETO (1991:65-68) também atestou, no corpus que analisou, repetições contíguas com funções diferentes das apontadas por PERINI. A Autora observa, ainda, que deslocamentos à esquerda e à direita facilitam mais o processamento do enunciado, por parte do ouvinte, que a ordem canônica. Na mesma direção, CASTILHO (1994:60) observa que a conclusão de PERINI faz supor que a apresentação canônica da sentença seria crucial na língua falada, o que, segundo CASTILHO, seria difícil de se comprovar, sobretudo se se tratar de diálogos simétricos, mais espontâneos, em que é expressiva a recorrência de fragmentos sintáticos”. Deve-se reconhecer, todavia, o mérito do trabalho de PERINI, que identifica uma função sintática importante da repetição, fato também acentuado por CASTILHO (1993:7).

Levando avante a reflexão sobre esta função sintática da repetição, RAMOS (1985) constata em dados de seu corpus que um SN topicalizado pode se repetir como SN sujeito da sentença-comentário sem ocorrer entre os dois Sns uma inserção fragmentadora nos termos previstos por PERINI (1980), identificando-se aí, todavia, uma reconstituição da estrutura sentencial análoga à estudada por PERINI. O caso é ilustrado pelo exemplo abaixo:

(13) “Meu pai ele é advogado”. (p.6)

A consideração deste caso e de outros atestados por RAMOS levam a Autora a identificar dois tipos de repetição que atuam na reconstituição de estruturas canônicas da sentença:

1) Repetição reconstituidora I, cuja função é tornar contíguos constituintes distanciados pela inserção (caso estudado por PERINI), exemplificada em:

(14) “ela por exemplo ela arrumou um namorado” (p.14);

2) Repetição reconstituidora II, cuja função é “preencher a posição original de elementos topicalizados” (p.14), exemplificada em:

(15) “bagunça não tem jeito d’ocê fazer bagunça lá no colégio” (p.14).

Merece ainda ser mencionado dentro da perspectiva sintática um outro tipo de repetição identificado por RAMOS, ainda que a Autora não tenha destacado sua atuação sintática, acentuando apenas sua função coesiva. Trata-se da “repetição distribuidora”, cuja função, nos termos de RAMOS, é “explicitar o tópico da nova sequência e assegurar a coesão das sequências do discurso” (p.14). Tem-se um exemplo em:

- (16) “homem assim tem muito mais chance/
depende da aparência/
aparência acho que leva muito em conta” (p.14)

Como se pode observar, do ponto de vista sintático, há, neste caso, uma mudança de categoria na retomada da matriz pela repetição, diferentemente do que ocorre, por exemplo, com o caso ilustrado em (14), mais acima.⁴

BESSA NETO (1991) também atestou em seus dados este tipo de repetição descrito por RAMOS, acentuando, como a Autora que a precede, sua função coesiva. A identificação do caso é feita por BESSA NETO de forma um pouco mais precisa para uma apreensão de sua dimensão sintática: o caso ocorreria quando o último item lexical de uma oração, um substantivo, geralmente em função de objeto, é retomado como tópico e geralmente sujeito de uma nova oração (p.124-125). Para denominar esta função, que RAMOS chamou de “distribuidora”, BESSA NETO acha mais apropriado o termo desdobramento, baseando-se no fato de que a função em questão “é a de amparar a continuidade das informações no discurso, assinalando formalmente a vinculação entre elas” (p.120). (Pode-se observar que ambos os termos chamam a atenção para o efeito coesivo desse tipo de repetição na estrutura superficial e informacional do texto, sem destacar aspectos sintáticos da repetição em causa). Do ponto de vista da associação função/forma da repetição - uma correlação que BESSA NETO procura estabelecer em seu trabalho - a Autora observa que a literalidade é um requisito fundamental para a ocorrência da

⁴ RAMOS inclui a “repetição distribuidora” entre as repetições que atuam no nível da sentença. Parece-me, todavia, que este tipo de repetição, não só em termos de sua função coesiva, como se explicita na própria descrição da Autora, mas também em termos sintáticos, envolve uma relação entre sentenças.

função de desdobramento. Já a contigüidade, atestada em muitos exemplos do corpus analisado, não é fundamental, visto que a repetição de itens lexicais próximos também pode atuar com essa função, conforme os dados de BESSA NETO. Dado o significativo número de repetições de desdobramento que atestou no corpus oral que analisou, BESSA NETO identifica o desdobramento como “uma das funções mais relevantes que tem a repetição lexical no texto narrativo oral” (p.125). Diferentemente, segundo a Autora, esta função não se revela essencial à sintaxe da narrativa escrita, ocorrendo com uma baixa frequência no corpus analisado (somente duas entradas).

BESSA NETO identifica ainda um outro tipo de repetição, que atua na narrativa oral com função coesiva de “catalisação” (já mencionada em seção anterior deste capítulo), sobre o qual arrola particularidades formais que constituem uma caracterização sintática bastante precisa do caso. Trata-se exclusivamente de uma repetição lexical literal próxima cuja atuação consiste em congrega orações que estão próximas no discurso e que têm em comum o item lexical repetido. Acrescem-lhe as seguintes propriedades formais: “(1) os itens lexicais repetidos ocorrem sempre em posição pós-verbal, (2) o verbo a que se seguem é predominantemente transitivo, (3) pertencem predominantemente à classe gramatical dos substantivos, (4) desempenham predominantemente a função sintática de objeto, (5) recobrem predominantemente referentes inanimados e (6) ocorrem predominantemente num conjunto que abriga mais de duas orações” (p.126). BESSA NETO observa que algumas dessas características (1, 2 e 4) coincidem com as que indicam “o material linguístico que codifica tipicamente a informação nova no fluxo do discurso” (p.127). Para a Autora, a insistente lexicalização de uma informação que a rigor é dada (porque ocorre em oração próxima procedente), na posição de uma informação nova, confere a ela “o colorido e a força da novidade a cada ocorrência” (p.128). Segundo BESSA NETO, o fato de esse item lexical não transitar para a posição de tópico (o que ocorre na função de desdobramento) se explica por sua característica de se referir predominantemente a inanimado, e por ser transitivo o verbo em questão, dois fatores que o fazem permanecer na posição pós-verbal (p.129). Exemplifica esse tipo de repetição a ocorrência abaixo (p.129):

(17) “agora cê pe- vai pegá o prato”

/ERA UM PRATO SÓ?/

era um prato só desses prato de antigamente
 era aqueles prato de alumínio né?
 era aqueles prato de- leve /UNHN/ né?
 “agora cê vai procurá o prato”
 e ela na beira do rio me esperando lá chicote na mão
 “vai procurá o prato
 cê tem que achá o prato
 cê apanha
 ou cê acha o prato”
 aí eu resolvi panhá
 porque não achava o prato mesmo né?

Algumas considerações de caráter sintático sobre a repetição também podem ser colhidas no trabalho de MARCUSCHI (1992), que vincula sua investigação a uma dupla orientação: “uma vertente interacional e outra sintático-textual” (p.11). Analisando a frequência de diferentes tipos de repetição, MARCUSCHI atestou, quanto aos segmentos que se repetem, que repetições lexicais, repetições sintagmáticas e repetições oracionais apresentam índices de ocorrência muito próximos, o que o leva a concluir que esse aspecto não é muito relevante no caso (p.69). CASTILHO (1993:6) chama a atenção para o fato de que as categorias de MARCUSCHI se sobrepõem, o que afetaria os resultados da análise. Com efeito, a distinção entre R-lexical e R-sintagmática constitui um problema metodológico discutido pelo próprio MARCUSCHI. O Autor toma a decisão de distinguir os dois tipos de R “com base no critério de extensão e não da função na frase” (p.38). Identifica como R-lexical o item lexical repetido sozinho, desconsiderando sua posição sintática. Parece-me que esta decisão necessariamente introduz uma distorção na análise, o que o próprio Autor reconhece apenas em relação à ocorrência de verbos isolados (p.39).⁵

Focalizando cada um desses tipos de R em particular (R-lexicais, R-sintagmáticas e R-oracionais), MARCUSCHI fez uma série de constatações em seu corpus, sobretudo relacionando

⁵ Em trabalho posterior, MARCUSCHI (1996:103) afirma, sobre as R sintagmáticas: “às vezes elas se parecem com as R *lexicais* e, de fato, há itens lexicais que são constituintes sintagmáticos plenos, como por exemplo um SN sujeito composto apenas pelo nome”. As palavras do Autor evidenciam o problema metodológico a que estou me referindo. Deduz-se que a repetição de um nome às vezes é tratada como R sintagmática, às vezes como R lexical.

forma e função da repetição. Retomo algumas das observações do Autor, aquelas de maior interesse sintático, lembrando sempre a cautela com que esses resultados devem ser considerados, tendo em vista o problema metodológico apontado quanto à distinção entre R-lexical e R-sintagmática. MARCUSCHI constatou que:

- os itens lexicais que ocorrem com maior frequência nas R-lexicais são os nomes (60%, contra 30% de verbos e 10% de adjetivos e advérbios), o que, segundo o A., explicaria o predomínio de R-lexicais literais, uma vez que os nomes são menos suscetíveis de variação;
- do ponto de vista sintático, é comum as R-lexicais apresentarem uma variação de função em relação à M (matriz), passando um nome “da posição do tópico sentencial para a posição de comentário ou simplesmente não tópico”, o que definiria a coesão textual como “uma das funções canônicas desenhadas pela R-lexicais preenchidas por nomes” (p.77) (-esta constatação, como se pode observar, confirma o que foi identificado por RAMOS (1985) como função “distribuidora” da repetição, e por BESSA NETO como função de “desdobramento”);
- os SN apresentam a maior frequência entre as R-sintagmáticas, correspondendo a 45% dos casos, sendo equilibrada a sua distribuição entre a posição de sujeito e a de objeto (p.87);
- as R-oracionais ocorrem mais frequentemente com variação (70%) do que na forma literal (30%), invertendo a situação observada nas R-lexicais (p.93);
- além das estratégias de variação normalmente apontadas na literatura - substituição, cancelamento e expansão - ocorreriam entre as R-oracionais duas outras estratégias, diferentes das anteriores: a “variação em contextos de listagem” e a “transformação da perspectiva discursiva”(p.96). O primeiro caso corresponde à formação de listas em que se apresenta uma enumeração de elementos utilizando-se uma estrutura sintática fixa. Devo observar que, a rigor, este caso, do ponto de vista formal poderia ser reconhecido como uma substituição, com a ressalva de que, do ponto de vista semântico, informacional, há uma soma dos elementos substituídos. O segundo caso corresponde à retomada de estruturas oracionais com alguma variação, com objetivos retóricos, argumentativos. Observa-se neste caso que os exemplos apresentados, do ponto de vista estritamente formal, poderiam ser identificados como casos de substituição e cancelamento, ressaltando-se que apresentam as peculiaridades funcionais apontadas. Os dois casos, portanto, não apresentam propriamente inovação quanto às formas de variação, mas se particularizam por suas propriedades funcionais.

- os cancelamentos e as expansões tendem a ocorrer à direita do núcleo verbal (p.98);
- grande parte das R-oracionais se constitui de coordenadas justapostas em contextos de listagens (p.98).

CASTILHO (1993, 1994) coloca a repetição (R) na mira de um tratamento gramatical. Define a repetição como “a reiteração do mesmo item lexical”, observando que “esse processo dota a LF [língua falada] de uma sintaxe vertical” (1994:56).

Em termos de tipologia, CASTILHO (1994), a partir de critérios sintáticos, estabelece distinção entre:

- a) repetição sintaticamente categorizadora, ilustrada por casos em que um tópico passa a ser argumento sintático na sentença em que é retomado;
- b) repetição sintaticamente descategorizadora, em que se observa a operação inversa: um argumento da sentença passa a ser antitópico, “descategorizando-se sintaticamente” (1994:59);
- c) repetição recategorizadora, em que há uma mudança de categoria sintática na retomada da matriz (M) pela repetição (R).

Essa classificação merece uma discussão. Os dois primeiros tipos de repetição identificados indicam que tópico e antitópico não são reconhecidos pelo Autor como categorias sintáticas, situando-se, portanto, como se pode deduzir, à margem da gramática, no lugar que CASTILHO identifica como o sistema discursivo. Isso me parece problemático. Parece-me que o pressuposto básico de uma abordagem gramatical da LF é o de que há uma gramática na LF, por peculiar que seja, que incorpora todos os fatos da língua oral. Admitindo-se, conforme faz o Autor, que a língua se compõe de três sub-sistemas - discursivo, semântico e sintático -, nada faz supor que tais sub-sistemas não se sobreponham, isto é, nada faz supor que eles sejam de alguma forma excludentes, uma vez que, evidentemente, todos são constituídos de material lingüístico, material suscetível de atuar de modo peculiar em cada sub-sistema e de ser analisado em cada sub-sistema conforme essa atuação. As expressões “categorizar-se” ou “descategorizar-se” sintaticamente parecem sugerir que material lingüístico com função discursiva é ou pode ser a-sintático. Esta visão, de resto, se chocaria com o pressuposto que sustenta o próprio objetivo explícito do Autor de identificar “correlatos gramaticais” dos “processos discursivos” de construção, reconstrução e descontinuação que constituem a LF (p.48).

Especificamente no que diz respeito ao tratamento gramatical do tópico, vale lembrar LI & THOMPSON (1976) que, em sua proposta de tipologia de línguas baseada na proeminência do tópico ou do sujeito, procuram mostrar que a noção de tópico pode ser tão básica quanto a de sujeito em descrição gramatical. Para esses Autores, nas línguas de proeminência de tópico (Tp), "a estrutura básica das sentenças favorece uma descrição em que a relação gramatical tópico-comentário desempenha um papel principal"(p.459). Reconhece-se portanto, que, nessas línguas, a estrutura tópico-comentário constitui "na verdade um tipo básico de sentença"(p.461). É bem verdade que, em pelo menos uma passagem de seu texto, LI & THOMPSON deixam margem a alguma dúvida sobre o estatuto gramatical do tópico, tão claramente apontado nas citações acima lembradas. Estou me referindo particularmente à passagem em que os Autores apresentam um resumo das distinções básicas entre tópico e sujeito, e afirmam que o tópico "pode ser melhor entendido em termos de considerações discursivas e extra-sentenciais"⁶ ", e o sujeito "em termos de suas funções dentro da estrutura da sentença"⁷(p.466).

Particularmente quanto à abordagem do tópico em português, PONTES (1987) discute a situação de nossa língua em relação à tipologia de LI & THOMPSON (1976). Observando que embora sempre se tenha considerado o português como uma língua de proeminência de sujeito, a Autora mostra que a língua coloquial apresenta muitas construções de tópico de vários tipos, identificando-se, nestes casos, com o comportamento das línguas Tp conforme a caracterização de LI & THOMPSON (1976). Isso leva PONTES a concluir que, dentro da tipologia de LI & THOMPSON, o português deveria ser considerado no mínimo como uma língua do 3º tipo (Sp e Tp), onde sujeito e tópico são proeminentes (p.39).

Entre as construções de tópico (CT) apontadas por PONTES encontram-se casos como:

(18) "Essa competência ela é de natureza mental" (p.19),

em que o tópico é retomado por um pronome cópia na S-comentário;

(19) "O fogão, precisa limpar o fogão" (p.28),

⁶ No original: "can be understood best in terms of the discourse and extra-sentential considerations".

⁷ No original: "in terms of its functions within the sentence structure".

em que o SN tópico é repetido na S-comentário;

(20) "A Joana não se deve confiar" (p.18),

em que o SN tópico não é retomado na S-comentário;

(21) "Essa casa bate bastante sol" (p.86),

em que há uma aparente estrutura SVO;

(22) "Eu agora, cabô desculpa de concurso, né?" (p.13),

em que "falta alguma coisa que ligue explicitamente o tópico ao resto da frase. Não é possível colocar nenhum pronome-cópia no lugar de onde o tópico foi retirado, pois não há esse lugar." Para casos deste tipo a Autora propõe "reservar a designação de anacoluto" (p.84).

Ao identificar vários casos do português como construções de tópico semelhantes às construções típicas das línguas Tp da tipologia de LI & THOMPSON (1976), PONTES está apontando que se tem, nesses casos, a estrutura Tópico-Comentário como um tipo básico de S, conforme a análise gramatical proposta pelos mencionados Autores. Comentando exemplos do tipo (21) acima citado, a Autora afirma: "Se (...) adotamos uma abordagem de gramática de superfície, não necessitamos analisar estas Ss como estruturas de sujeito e predicado, mas simplesmente um outro tipo de S, ou seja, de estruturas de tópico-comentário"(p.89). E, referindo-se de um modo geral às construções de tópico que atestou em português, acrescenta a Autora: "No capítulo I tentei mostrar que em português temos este tipo de S, e, baseada em LI & THOMPSON (1976), que elas deveriam ser analisadas como tal, e não como transformações de Ss com sujeito e predicado" (p.89). Essas afirmações mostram que PONTES integra o tópico na descrição gramatical (sem deixar de observar (v.p.40) que "a interpretação semântica do tópico depende do contexto do discurso ou do contexto pragmático"). Essa postura também transparece nos reparos que a Autora faz a GIVÓN (1979), que considera as construções de tópico como

típicas do "modo pragmático", e a construção sujeito-predicado como típica do "modo sintático".

PONTES observa:

"a argumentação de Givón peca pela base, porque ele parte da consideração de que tópico é uma noção "discursivo-funcional" e que o sujeito é uma noção "sintático-gramatical". Mas tópico só é unicamente discursivo na acepção semântica de "assunto". No momento em que estamos tratando do tópico que aparece em sentenças topicalizadas, com deslocamento para a esquerda, ou outras que Givón mesmo arrola, já estamos tratando do tópico gramaticalizado de alguma forma" (p.43). (O grifo é meu).

E ainda:

"Não consigo compreender porque (sic) Givón quer estabelecer uma distinção tão grande, linguisticamente, entre *tópico* e *sujeito*. (...) Não vejo razão para não considerar o tópico como uma noção sintática, também" (p.44). (O grifo é meu).

E mais (- ao comentar que as definições de "modo pragmático" e "modo sintático" apresentadas por GIVÓN são demasiado vagas, o que não permite uma análise mais séria das afirmações do Autor):

"Ele não diz porque (sic) considera as construções tópicas como fora da sintaxe, sendo que elas foram sempre estudadas dentro da sintaxe, tanto pelos gramáticos tradicionais como pelos gerativistas" (p.46).

Todas as citações de PONTES até aqui apresentadas mostram que a Autora integra o tópico na gramática, reconhecendo-lhe um estatuto sintático. No entanto, a clareza dessa posição, que se sobressai nas citações acima, não se repete em pelo menos uma passagem da Autora, em que se pode surpreender uma certa cautela ou mesmo uma certa ambigüidade sobre a questão. Isso ocorre quando PONTES esclarece a ambigüidade do termo "tópico", usado tanto em

referência ao assunto, ao tema de um texto ("tópico do texto") como em referência a construções de tópico como as que a Autora estuda em seu livro. São palavras de PONTES:

"Aqui eu tenho necessidade de esclarecer uma ambigüidade na palavra tópico. Essa palavra tem sido usada, na literatura sobre discurso, com um sentido mais geral, próximo de 'assunto'. Assim, fala-se em tópico do texto. Chafe, Li e Thompson usam tópico num sentido mais restrito, referindo-se a construções como as que estou analisando aqui, que estão mais próximas da sintaxe, eu diria que no limiar entre a sintaxe e o discurso."(p.15).

Na sequência do texto, PONTES se refere ao tópico no sentido mais restrito como "construção quase-sintática". Os grifos, que são meus, destacam o conflito entre estas afirmações de Pontes e as que foram anteriormente citadas.

De qualquer forma, fica mais acentuada no livro de PONTES, visto como um todo, a consideração do tópico como uma "noção sintática", o que parece coerente com a teoria de LI & THOMPSON (1976), tomada como ponto de partida para a análise desenvolvida pela Autora. Considerando-se essa maneira de ver o tópico, e voltando agora a CASTILHO (1994), pode-se observar que a expressão "repetições sintaticamente categorizadoras", usada em referência a Rs que "atribuem uma categoria sintática" a uma M-tópico, soa inapropriada. O mesmo se dá com a classificação "repetições sintaticamente descategorizadoras" atribuída a Rs identificadas como antitópicos que retomam algum SN da sentença precedente. Se o tópico é uma categoria sintática, e, por extensão, também o antitópico, as repetições em questão envolveriam, mais propriamente, uma mudança de categoria, cabendo-lhes melhor, então, a classificação de "repetições recategorizadoras". De qualquer modo, se se pode fazer algum reparo à terminologia usada por CASTILHO, por outro lado é inegável a pertinência dos fatos apontados pelo Autor, relacionando essas repetições com o tópico e o antitópico. RAMOS (1985) já incluía em seu estudo o primeiro desses dois tipos de R tratados por CASTILHO, identificando-o como "repetição reconstituidora II", cuja função é "preencher a posição original dos elementos topicalizados, restituindo estruturas canônicas" (p.14). Os exemplos discutidos por RAMOS apresentam a sequência SN-SN-V(-SN), em que o segundo SN é repetição do primeiro, podendo

ou não ocorrer uma exclamação ou uma pausa entre esses dois SNs iniciais. Segundo a Autora, ocorre, nos enunciados em questão, "uma construção de tópico e comentário, sendo o primeiro SN o tópico, e o comentário uma oração com sujeito e predicado" (p.4). A repetição do SN, de função reconstituidora, ocorreria "porque o primeiro SN da sentença não é sujeito, mas o tópico" (p.5). Embora a Autora não se detenha na discussão do estatuto sintático do tópico, pode-se inferir das passagens que grifei nas citações acima que a Autora atribui estatuto sintático ao tópico (já que o trata como "primeiro SN da sentença"), e também, que considera as construções de tópico como marcadas (já que determinam a ocorrência de repetições que reconstituem "estruturas canônicas").

Ainda com relação a essa classificação das Rs proposta por CASTILHO, deve-se observar que os tipos aí discriminados não recobrem o caso em que a R mantém a categoria sintática da M.⁸, o que na verdade ocorre no exemplário usado pelo Autor (cf. exemplos (13), (14), R1 em (15), R3 em (21), R6 e R7 em relação a R5 em (17), (22) e (23) - os dois últimos casos mencionados pelo Autor à parte de sua classificação, e identificados como quiasmo).

Em suma, a classificação das repetições propostas por CASTILHO (1994) tendo em vista a relação entre a categoria da M e a categoria da R poderia ser reformulada e reduzida a dois tipos, de resto já mencionados em trabalho anterior do Autor (cf. nota 8):

1) R recategorizadora - que apresenta uma categoria sintática diferente de sua M. Este tipo de R, na verdade, recobriria os três tipos identificados na classificação de CASTILHO: a "repetição sintaticamente categorizadora", a "repetição sintaticamente descategorizadora", e a "repetição recategorizadora", propriamente.

2) R mantenedora de categoria - que apresenta a mesma categoria sintática de sua M. Este tipo daria conta de caso não contemplado na classificação de CASTILHO, embora ocorra em seu exemplário: cf. exemplos (13), (14), R6 e R7 em relação a R5 em (17), R3 em (21), (22) e (23), que, a rigor, não se enquadrariam em nenhum dos três tipos reconhecidos na classificação do Autor.

⁸ Em seu trabalho de 1993 (p.9), CASTILHO distingue repetições homocategoriais, em que a R mantém a categoria da M, e repetições heterocategoriais, em que isso não ocorre. Em trabalho mais recente, CASTILHO (1996:16) utiliza uma tipologia simples e precisa, que contempla tanto a forma quanto o estatuto funcional da R, distinguindo R idêntica de R alteradora. A R idêntica ocorreria "quando os segmentos M e R apresentam materiais linguísticos iguais, estruturados da mesma forma, e desempenhando a mesma função", e a R alteradora, "quando o segmento R adiciona/subtrai/substitui materiais de M, ou mesmo recategoriza sintaticamente M."

É importante assinalar que o interesse maior desses trabalhos de CASTILHO, que têm sobretudo um caráter programático, está nas direções que apontam para uma abordagem gramatical da repetição. Acentuando a importância de se verificar se a R. atua como um processo gramatical constitutivo da língua falada (LF), CASTILHO, com base em suas observações e análises e em resultados de investigação de outros autores, adianta hipóteses que poderiam ser verificadas dentro de um programa de pesquisas orientado nessa direção.

A hipótese maior de CASTILHO é que "R é um fenômeno regular, provido de classes e funções próprias, ocorrendo em lugares previsíveis" (1994:p.60). Segundo o A., se for comprovada esta hipótese, o estudo da R poderá identificar estratégias de constituição da sentença na LF, trazendo uma explicação de caráter geral para "processos gramaticais que até aqui têm sido apenas catalogados"(1994:p.60).

Avançando em suas sugestões, CASTILHO (1994) formula as seguintes hipóteses de trabalho (já delineadas em CASTILHO 1993):

(1) "A R é um processo lingüístico pelo qual o falante passa do sistema discursivo para o sistema sintático, atribuindo propriedades sintáticas a segmentos discursivos"(p.60).

O Autor apóia sua hipótese na R identificada como "categorizadora", que retoma uma construção de tópico (M) atribuindo-lhe um papel sintático na sentença onde R ocorre. Para o Autor, seria de interesse verificar "se o percurso inverso também ocorre", conforme atestou em um exemplo de R de seu corpus, identificado como "R descategorizadora", em que um argumento do V é retomado como antitópico.

Já se apontou aqui a pertinência do fato que fundamenta esta hipótese, tendo-se apresentado, todavia, restrições ao tratamento a ele dispensado, por implicar a negação do estatuto sintático do tópico (e do antitópico).

(2) "A R privilegia determinadas classes sintáticas", podendo-se hipotetizar que o "modus" sentencial "é menos suscetível de repetir-se que os constituintes do 'dictum'" (p.61).

(3) "A R privilegia determinadas funções sintáticas, assegurando, ademais, uma movimentação previsível dos constituintes portadores dessas funções no interior da sentença" (p.61)

Esta hipótese se desdobraria em duas "hipóteses auxiliares":

(i) "A margem direita da S favorece a R, e a margem esquerda a desfavorece"(p.61). Esta hipótese teria um argumento de ordem funcional: "concentrando-se na margem direita da sentença sua maior densidade informativa, é de esperar-se que seus constituintes sejam repetidos, de forma a garantir a veiculação da informação"(p.61).

(ii) "A R heterocategorizadora decorre da recategorização dos constituintes em sua movimentação da sentença M para a sentença R"(p.61). Para CASTILHO, "parece que a R recategorizadora transcorre nos quadros da seguinte hierarquia: Argumento Interno [OD, OI, OBL] > Adjunto > Argumento Externo"(p.61). Segundo o Autor, "um fundamento funcional pode ser invocado para justificar essa hierarquia (...): uma vez bem fixados no fluxo da consciência, os constituintes assumem progressivamente uma posição mais externa na sentença, deixando seu núcleo duro, dado pelo verbo e pelos argumentos que ele subcategoriza, e caminhando para sua periferia"(p.61).

(4) "Deve haver uma harmonia entre R de constituintes da estrutura funcional da sentença e R de constituintes do sintagma", esperando-se, então, que os constituintes à direita do núcleo sintagmático favoreçam a repetição (p.61). (Devo observar que o exemplo (26) usado pelo Autor não parece comprovar sua hipótese.)

As hipóteses de CASTILHO são instigantes e, neste trabalho, em que focalizo a repetição no SN, interessam-me particularmente suas hipóteses (3) e (4) a que retornarei oportunamente para uma discussão com base nos dados do corpus que analiso.

Em trabalho mais recente, CASTILHO (1996) retoma sua reflexão sobre a repetição, dentro de uma perspectiva sintática, destacando a importância do fenômeno como um dos "gatilhos" da "gramaticalização", esta, vista como um dos processos constitutivos da LF. Sua

observação se volta particularmente para a *R* do verbo e a *R* do nome. Considerando sua hipótese (2), citada mais atrás, CASTILHO (1996:17) avança uma confirmação, observando que “os dados mostram que a *R* ocorre preferencialmente no *dictum*, deixando de lado o *modus*”. Sobre sua hipótese (3) (i) de que a margem direita da *S* favorece a *R*, CASTILHO (1996:17, 21-22) também avança uma confirmação, observando: “Essa constatação permite afirmar que a *R* é *inversamente* proporcional às rupturas da adjacência (...) descritas por Tarallo-Kato (1990, esp. pág. 47). (...) Pode-se concluir que a baixa densidade informativa favorece a interrupção, ao passo que a alta densidade informativa favorece a repetição.”

Considerando a *R* do Nome e a reanálise da função sentencial, CASTILHO (1996:24) atesta que a “*R* alteradora das funções sentenciais exibe um ritmo preferido, configurando a seguinte hierarquia funcional: Construção de Tópicos > Argumento Interno [OD, OI, OBL] > Adjunto > Argumento Externo > Categoria Vazia.” Nestes termos, o Autor amplia a hierarquia proposta em sua hipótese (3) (ii), anteriormente citada. Além disso, em seu novíssimo trabalho, CASTILHO (1996:esp. 26) identifica esse processo de reanálise funcional dos sintagmas, desencadeado pela *R*, com os “princípios gerais que regem a gramaticalização”, a saber: há mudança de função; essa mudança acusa um ritmo unidirecional e contínuo, indo de estruturas menos ligadas a estruturas mais ligadas. É este, na verdade, o ponto central de CASTILHO em seu trabalho de 1996.

Assim como CASTILHO, NASCIMENTO (1988) também defende a abordagem gramatical de fenômenos típicos da língua falada. Na linha de BLANCHE-BENVENISTE, NASCIMENTO considera que “hesitações, correções, repetições, antecipações e retrocessos” podem ser incorporados à análise sintática, o que, inclusive, permite reabilitar esses fenômenos tidos como “irregularidades” do oral (p.47). Segundo NASCIMENTO, os fenômenos acima mencionados, que caracterizam o oral e que raramente são percebidos pelos interlocutores, ocorrem tanto nos discursos informais quanto nos mais formais. A Autora focaliza, em seu trabalho, a manifestação de um desses fenômenos - “o de reiteraões lexicais no interior de uma construção verbal, incluindo casos que normalmente são interpretados como falhas de processo enunciativo” - em um discurso oral mais cuidado, uma entrevista de um professor universitário português a uma revista acadêmica (p.5).

Segundo NASCIMENTO, múltiplas realizações paradigmáticas sucessivas podem ocorrer em um dado ponto da construção verbal constituindo o fenômeno de listing com efeitos interpretativos diversos como “a coordenação, a repetição enfática, a procura de palavras adequadas, a hesitação, ou a falha no processo enunciativo” (p.6). No corpus que examinou, NASCIMENTO constatou a ocorrência de reiteraões lexicais com efeito de “coordenação aditiva” em “enumeração”, e também reiteraões com efeito de procura lexical, verificado, por exemplo, em listas de quase-sinônimos (p.6).

Merece destaque a observação de NASCIMENTO de que a coordenação é um dos efeitos do listing, mas o fenômeno abrangeria também “quer efeitos retóricos (...) quer fragmentos de realizaões” (p.7). Em todos os casos de listing o mecanismo sintático seria o mesmo. Essa perspectiva de análise é bastante interessante porque unifica, na análise sintática, “realizaões que correspondem aos padrões de competência, como a coordenação”, e “realizaões fragmentadas, não intencionais”, que refletem fases do processo enunciativo (p.7).

Ainda no que diz respeito a um enfoque sintático da repetição, observo em trabalho anterior (CASTO 199⁴), que o fenômeno nem sempre envolve uma ruptura na construção linear do enunciado pela exploração do eixo paradigmático em um dado ponto da cadeia sintagmática. Nesse trabalho, estudo um caso particular de repetição lexical no português falado, em que se constata uma relação sintagmática entre a matriz e a repetição, e menciono vários casos em que o mesmo tipo de relação pode ser observado.

Também privilegiando a abordagem sintática, NEVES & BRAGA (1995) estudam, com base em dados do Projeto NURC, os padrões de repetição que se atestam em um âmbito microtextual - o complexo formado pela articulação de oraões nucleares com oraões satélites adverbiais que expressam uma relação de causalidade (*lato sensu*). As construões de natureza causal estudadas incluem as causais, as condicionais, as concessivas e ainda as explicativas. As Autoras constataram que nessa articulação oracional há uma grande incidência de repetição: em qualquer dos tipos de construção causal envolvido, mais de 50% dos enunciados apresentam alguma forma de repetição, taxa que alcança a marca dos 71% no caso das construões concessivas.

A repetição, no estudo, é entendida em sentido bem amplo, incluindo não só a recorrência literal de palavras, sintagmas e orações ou frases, mas também as retomadas por paráfrase, por pronomes e por elipse.

Os resultados da análise indicam que, considerando-se a "natureza da retomada" (por segmento ou por elipse), as construções explicativas desfavorecem a elipse (atestada em apenas 4% das ocorrências) mais do que os outros tipos de construção causal, "o que marca uma diferença de caracterização entre a articulação de frases e a articulação de orações, em termos de independência, ou autonomia" (p.5).

Considerando-se "o estatuto do segmento retomado" (vocábulo, sintagma, ou oração/frase), observa-se uma oposição "que coloca, de um lado, as concessivas, e, de outro, as de relação mais especificamente causal (causais e explicativas), ficando as condicionais no intermédio": constata-se que "a relação de causa *stricto sensu* joga quase exclusivamente com repetição de palavras e de sintagmas, enquanto a relação para estabelecer concessão se vale também de repetição de orações" em uma proporção significativa (p. 18).⁹

Outro aspecto analisado no estudo é a distribuição dos elementos da repetição (a "base" (B), "o segmento que é retomado"- e o "repetidor" (R), "o segmento que faz a retoma" (p.4)) entre as orações articuladas. Também aqui se atestam diferenças nos padrões de repetição, que permitem situar, "de um lado, as construções condicionais, e, de outro, as de relação mais especificamente causal (causais e explicativas)". A distinção que caracteriza esta oposição "é condicionada pela ordem das orações/frases articuladas: explicativas e causais (exclusivamente/quase exclusivamente pospostas) têm mais de 70% de casos em que a porção satélite da construção repete material da construção núcleo; condicionais, por outro lado, quase exclusivamente antepostas, apresentam apenas 20% de repetição nesse padrão" (p. 18-19).

O trabalho acentua o alto envolvimento da repetição com a articulação tema-rema, dentro do complexo oracional examinado. Esse envolvimento é atestado em mais de 70% dos casos de repetição nas condicionais e também nas causais, em 50% dos casos nas concessivas e em 42%

⁹ Cabe observar, aqui, que a distinção entre palavra e sintagma implica, a rigor, uma sobreposição de categorias, problema já apontado em relação a distinção semelhante feita por MARCUSCHI (1992) (cf p. 23 deste capítulo). No caso específico da análise de NEVES & BRAGA essa questão metodológica não traz maiores problemas visto que, na avaliação dos resultados, palavras e sintagmas foram considerados em conjunto por oposição aos segmentos oracionais.

dos casos nas explicativas. As explicativas, neste particular, distanciam-se das causais *stricto sensu*, revelando uma maior independência temática em relação à oração a que se articulam. Confirmam, assim, o comportamento diferenciado, compatível com sua autonomia, já evidenciado na constatação de que desfavorecem a repetição por elipse, favorecendo, antes, o preenchimento das posições temáticas, conforme já se mencionou.

Dentro da perspectiva funcional da frase, o padrão de repetição mais frequente (cerca de 30%, no geral) é constituído pela retomada do tema da oração núcleo como tema da oração satélite, geralmente através de um pronome (p.8). Outro padrão encontrado é "a retomada do rema da nuclear como tema da causal, tanto com reiteração por pronome como com retomada por elipse", sendo "raros - do mesmo modo que ocorre no esquema tema-tema - os casos de retomada por repetição pura e simples do nome/sintagma nominal" (p.11). Já a retomada do rema em rema se manifesta, em todos os casos, com material lexical, o que se explicaria, segundo as Autoras, pelo fato de que "o caráter mais informativo do rema requer mais "material" lexical na posição remática" (p. 12).

NEVES & BRAGA destacam uma característica comum a todas as construções examinadas no que se refere aos padrões de repetição associados à articulação tema-remas: "a ausência de material lexical nos casos de tema retomado, e a presença de material lexical nos casos de rema retomado, fato explicado por razões de organização das porções informativas dentro da estrutura argumental" (p. 19). Esta conclusão, no que se refere à retomada de material lexical na posição remática, harmoniza-se com a hipótese de CASTILHO (1994), já mencionada (v.p.42,43), de que a margem direita da S favorece a repetição lexical, e com as observações de BESSA NETO (1991), também já mencionadas (v.p.14,29-30), sobre a repetição lexical catalisadora, que atua na narrativa oral.

Além das repetições relacionadas com a articulação tema-remas, predominantes, outras, com funções independentes dessa organização, e com presença limitada, são identificadas no corpus examinado. Um caso é o de remissões catafóricas, que ocorrem exclusivamente com as causais, nas quais um dêitico anuncia o componente causal, que é em seguida retomado sob forma oracional (p. 14,19). Exemplo:

(23) "Lá Dizem que está muito abandonado aquele troço por lá.

L2 Bom, mas está por isso, R., porque não tem vias de acesso" (p. 14).

Também se registram paráfrases da oração nuclear na oração satélite. Esse padrão de repetição, que tem um caráter tautológico, só é compatível com as causais *stricto sensu*- a expressão de conteúdo similar na articulação oracional envolvendo concessivas e condicionais seria contraditória, conforme ponderam as Autoras (p. 19). Exemplo:

(24) você tem a impressão que ... eh ... são coisas leves ... porque fruta..., as frutas que são colocadas são frutas leves..." (p. 15).

Outro padrão de repetição atestado, característico das concessivas, consiste na retomada de parte da oração nuclear, após truncamento pela adverbial, o que confere destaque à afirmação nuclear, "que é, afinal, a afirmação que prevalece, quando a causalidade se frustra, como é o caso da concessão". Essa estratégia se revela ainda mais eficiente se a repetição da nuclear vem introduzida pelo adversativo mas, que lhe acrescenta nova marca de contraste (p. 19,15). Exemplo:

(25) "ah... é requinte embora seja um requinte ...às vezes de baixo custo, mas é requinte" (p. 16).

Atestam-se ainda nas construções estudadas, repetições oracionais constituindo enumerações. Essas enumerações podem ocorrer na oração núcleo, na oração satélite ou em ambas, e o falante explora essas possibilidades como um recurso argumentativo de modo a valorizar ou minimizar causas, hipóteses, concessões (p. 17). Exemplos:

(26) "é... exatamente se a gente for parar para fazer as coisas calmamente não dá...- pura e simplesmente não dá então a gente corre depressa vai para o carro troca de roupa correndo faz isso faz (não sei que tá tá)" (p. 17).

(27) "L2 porque se você não tiver outra opção não tiver Chacrinha não tiver Flávio Cavalcanti

L1 eu eu continuo achando

L2 não tiver Sílvio Santos o povo

L1 eu continuo achando

L2 o povo vai ligar pra TV universitária "(p. 16).

Essas repetições que retomam uma estrutura sintática fixa são usualmente identificadas na literatura como listas(v. p.32 e 44 menção anterior a MARCUSCHI 1992 e NASCIMENTO 1988)

Vários pontos destacados nesta seção sobre o enfoque de aspectos sintáticos da repetição no português falado serão oportunamente retomados na sequência deste trabalho.

ASPECTOS FONÉTICO-FONOLÓGICOS DA REPETIÇÃO

Conforme já se mencionou, os aspectos fonético-fonológicos da repetição não têm recebido muita atenção dos estudiosos: apenas algumas referências são feitas a esses aspectos, em geral em correlação com outras caracterizações da repetição em questão.

O assunto mereceu maior atenção de DUTRA (1990) que, em seu estudo sobre o papel coesivo da repetição oracional nas narrativas orais, focaliza não só a estrutura mas também a entonação das orações. As constatações de DUTRA já foram apresentadas mais atrás, na seção em que é focalizada a função coesiva da repetição.

MAÇÃS (1988), estudando os efeitos expressivos da repetição lexical conforme o seu local de ocorrência na frase, também faz algumas observações de caráter fonético-fonológico. Ao tratar especificamente de repetições contíguas de formas verbais, a Autora levanta a hipótese de que, "dado que o português [europeu] está perdendo a sonoridade", a repetição seria um recurso compensatório de que lança mão o falante para garantir que a mensagem seja recebida (p.189). Com o crescente ensurdecimento da língua, os diálogos se apresentariam "cada vez mais carregados de repetições, acabando estas por se tornar um hábito lingüístico" (p.189). MAÇÃS chama a atenção para o fato de que se atestam com muita frequência formas repetidas do verbo ser como "é, é', 'foi, foi', 'era, era' em que o significante, pouco incorporado, ganha relevo com a

repetição" (p.189). A Autora estabelece ainda algumas correlações entre o efeito expressivo de certas repetições e o ritmo mais lento ou mais rápido das construções em questão (p.191, 192).

MARCUSCHI (1992), conforme já se mencionou em seção anterior deste capítulo, aponta a "justaposição de elementos com padrão entoacional idêntico" (de que resulta a formação de listas ou paralelismos) como uma das manifestações mais notáveis da atuação da repetição na coesão sequencial (p.117).

Em trabalho já mencionado CASTRO (1994), procurei mostrar que a atuação de certos recursos fonéticos - entonação, ritmo e qualidade de voz - é relevante para a identificação de duas interpretações semânticas diferentes (e duas análises sintáticas diferentes) de um caso de repetição lexical no português falado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a bibliografia examinada, alguns pontos podem ser destacados:

1. O conceito de repetição mobilizado nas diversas análises varia bastante, desde uma concepção bem ampla que abarca repetições literais e com variação formal, paralelismos rítmicos, paralelismos sintáticos, paráfrases, elipses e anáforas (KOCH 1990, 1992), até uma concepção mais restrita que só recobre "as repetições de forma (total ou parcial) e de conteúdo ao mesmo tempo" (TRAVAGLIA 1989:8).

Como se pode ver, um ponto básico de divergência entre as várias concepções está em se considerar ou não como característica necessária da repetição a identidade formal (total ou parcial) entre o segmento que é retomado e o segmento repetidor. Dessa decisão decorre a exclusão ou a inclusão da paráfrase, da elipse e da anáfora na consideração do fenômeno. Mesmo dentro de uma linha de concepção mais restrita, que toma a recorrência formal como traço constitutivo da repetição, ainda há margem para variação na compreensão do fenômeno, visto que se pode circunscrevê-lo ao caso de recorrência de segmentos somente (TRAVAGLIA 1989; CASTILHO 1994), ou se pode incluir em seu alcance os casos de recorrência de padrões sintáticos (NASCIMENTO 1988) e de padrões rítmicos (DUTRA 1990).

Essa atestada variação no conceito de repetição assumido pelos diversos investigadores, por um lado, revela a complexidade do fenômeno em questão, que permite visões tão diversas e até mesmo conflitantes (- considere-se, por exemplo, que de um certo ponto de vista, a paráfrase, a anáfora e a elipse são entendidas como manifestações de repetição, na medida em que implicam a recorrência de conteúdos, enquanto que, de outro ponto de vista, ao contrário, os mesmos processos podem ser entendidos como recursos usados justamente para se evitar a repetição de formas no discurso.¹⁰). Por outro lado, essa variação conceitual e a complexidade do fenômeno, que ela reflete, apontam a necessidade de se precisar sempre o conceito de repetição de que se faz uso nos estudos sobre o tema, cuidado nem sempre tomado pelos investigadores.

Pode-se adiantar, aqui, que no presente trabalho se fará uso de um conceito de repetição mais restrito, que toma a reiteração formal de segmentos como critério básico para a identificação do fenômeno. Esse conceito será devidamente explicitado no capítulo que se segue a este.

2. A natureza complexa da repetição reflete-se não só na diversidade do próprio conceito de repetição adotado pelos investigadores, conforme se apontou acima, mas também na diversidade de enfoques e recortes privilegiados nos diversos estudos. O caráter multifacetado da repetição e a riqueza de aspectos que ela oferece à observação ficam evidentes no quadro básico de traços que BESSA NETO (1991:13) e MARCUSCHI (1992:49) propõem para uma visão abrangente do fenômeno. Essa complexidade da repetição (que se manifesta não só na multiplicidade de seus traços, mas também no cruzamento e na sobreposição desses traços, fato apontado tanto por BESSA NETO como por MARCUSCHI), de certa forma, coloca aos investigadores a contingência de abordagens parciais do fenômeno. BESSA NETO (1991:30) observa, com propriedade, que, dada a complexidade do fenômeno, torna-se difícil "esgotá-lo por inteiro" em uma única abordagem, e que, para uma descrição minuciosa, ele precisa ser submetido a "fatiamentos para efeito de estudo". A soma das diversas abordagens e dos diversos estudos é que irá nos propiciando a composição de uma visão mais abrangente do fenômeno.

Dois aspectos básicos da repetição, identificados tanto no quadro de BESSA NETO (1991:13) como no de MARCUSCHI (1992:49) - forma e função - colocam-se de início aos investigadores como duas direções de estudo, não necessariamente excludentes, na abordagem do

¹⁰ A prática pedagógica relativa à produção de textos escritos confirma esse entendimento.

fenômeno. Como se pôde observar, de uma maneira geral, os trabalhos sobre a repetição do português falado têm privilegiado o estudo das funções da repetição. Alguns Autores têm procurado, com maior ou menor êxito, em maior ou menor extensão, sistematizar correlações entre forma e função da repetição (PERINI 1980; RAMOS 1985; MAÇÃS 1988; BESSA NETO 1991; MARCUSCHI 1992; CASTRO 1994). Em menor número, alguns investigadores têm revelado a preocupação em estabelecer padrões formais de repetição (CASTELEIRO 1975; NASCIMENTO 1988- DUTRA 1990; KOCH 1992; NEVES & BRAGA 1995).

Face à questão aqui colocada, o presente trabalho, circunscrevendo um recorte dentro desse objeto complexo - a repetição - , propõe-se como uma parcela a mais para a compreensão do fenômeno, somando esforços ao lado dos trabalhos que o precedem. O estudo se orienta na direção de definir padrões formais de repetição do sintagma nominal, procurando levantar e verificar hipóteses explicativas para o funcionamento e a atuação desses padrões.

3. Ainda com respeito aos enfoques adotados no estudo da repetição no português falado, observa-se que nos trabalhos examinados predomina uma abordagem macrotextual, que procura dar conta da atuação dos processos reiterativos na estruturação do texto como um todo (RAMOS 1985; TRAVAGLIA 1989; DUTRA 1990; RISSO 1990; BESSA NETO 1991; MARCUSCHI 1992; KOCH 1992) e na tessitura da interação como uma atividade colaborativa e convergente (TRAVAGLIA 1989; MARCUSCHI 1992; KOCH 1992). Em menor escala, mas não menos importante, registra-se também o interesse pela repetição considerada em uma dimensão microtextual, que leva em conta sua atuação em um nível intersentencial ou ainda sentencial (CASTELEIRO 1975; PERINI 1980; RAMOS 1985; BESSA NETO 1991; KOCH 1992; CASTRO 1994; NEVES & BRAGA 1995).

É dentro desta última perspectiva, microtextual, que se situa uma abordagem gramatical da repetição. É, portanto, para o microtextual que converge o interesse do presente trabalho, que examina a repetição do sintagma nominal a partir de um enfoque sintático, considerando os processos que envolve no interior da sentença e entre sentenças.

2. REPETIÇÃO DO SINTAGMA NOMINAL: DEFININDO OS CAMINHOS DA ANÁLISE

1. O RECORTE DO OBJETO

Conforme se viu no capítulo anterior, a repetição se manifesta na língua falada de forma ampla e variada, o que por si só já constituiria uma dificuldade para um estudo abrangente do fenômeno. Mas, mais do que isso, trata-se de um ponto de um fenômeno complexo do ponto de vista formal e do ponto de vista funcional, visto que à variedade de suas propriedades formais e funcionais se acrescenta a sua sobreposição. Em vista desse objeto complexo, o presente estudo define um recorte preciso, elegendo como o alvo de seu interesse a repetição do sintagma nominal, considerada a partir de um enfoque sintático.

A perspectiva adotada responde a dois tipos de interesse. Por um lado, trata-se de uma vertente ainda pouco explorada nos estudos sobre a repetição do português falado, como se verificou no balanço bibliográfico apresentado no capítulo precedente. Por outro lado, vem de encontro à necessidade de incorporar à descrição gramatical os fatos de língua oral (BLANCHE-BENVENISTE, 1987; MARCUSCHI 1991; CASTILHO 1994, 1996; ONO & THOMPSON 1994a, 1994b), desafio que vem se colocando aos investigadores.

Também a escolha do SN como unidade focalizada no estudo se sustenta em duas justificativas: por um lado, a frequência significativa com que a repetição aí se manifesta; por outro lado, a diversidade de funções sintáticas que o SN pode cumprir, constituindo assim, um rico filão para a análise. A primeira afirmação encontra confirmação em dados quantitativos que podem ser extraídos da pesquisa de MARCUSCHI (1992) sobre a repetição na língua falada. No corpus analisado (NURC - diálogo entre dois informantes), MARCUSCHI (1992:69) atestou o que considerou uma presença equilibrada de repetições lexicais, sintagmáticas e oracionais, apontando os seguintes índices de ocorrência:

repetições lexicais:	439 = 35%
repetições sintagmáticas:	429 = 34%
repetições oracionais:	386 = 31%.

Como já se observou anteriormente (cap. 1, p. 23), as duas primeiras categorias, do ponto de vista sintático, na verdade se sobrepõem, devendo a rigor somar-se, o que levaria a um quadro bastante diferente, onde se revela a presença marcante da repetição do sintagma:

R-sintagmáticas:	869 = 69%
R-oracionais:	386 = 31%.

Dentre as R-sintagmáticas como um todo (SN, SV, SPrep, SAdv, SAdj), com o percentual de ocorrência apontado, as repetições do SN se destacam conforme indicam outras constatações de MARCUSCHI (1992:87,76-77), a saber:

- os SNs apresentam a maior frequência entre as R-sintagmáticas, correspondendo a 45% dos casos;

e ainda:

- os itens lexicais que ocorrem com maior frequência nas R-lexicais são os nomes (60%, contra 30% de verbos e 10% de adjetivos e advérbios).

Lembrando-se que os itens lexicais, sendo, a rigor, constituintes sintagmáticos, devem ser computados como sintagmas, e considerando-se os números atestados por MARCUSCHI, constata-se que a repetição do SN é significativa. Concluindo: no corpus examinado por MARCUSCHI, predominam as R-sintagmáticas; entre estas, as repetições de SN se destacam por sua frequência.¹¹

¹¹ Também no estudo de NEVES & BRAGA (1995:5), sobre a repetição envolvendo construções de natureza causal, os dados quantitativos confirmam o peso das repetições sintagmáticas, embora não haja informações sobre a frequência do SN, especificamente. Considerando o estatuto do segmento retomado, as Autoras atestaram a seguinte distribuição, no total das 220 repetições encontradas:

vocabulo:	119 = 54, 1%
sintagma:	66 = 30,0%
oração/frase:	35 = 15,9%.

2. O CORPUS -

A presente investigação está voltada para a variedade padrão do português falado, valendo-se, para a análise, de material coletado pelo Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta do Brasil (Projeto NURC). Entende-se por variedade padrão ou norma culta a variedade linguística praticada pelo segmento social que goza de prestígio na comunidade de fala, por suas características sócio-econômicas. O Projeto NURC, justamente, procurou documentar essa variedade colhendo material junto a falantes cultos, vale dizer, com curso superior completo, de cinco grandes centros urbanos brasileiros: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife.¹²

Dentre o vasto material do NURC, este trabalho se assenta, precisamente, na análise de dados do Projeto NURC/SP-D2 (CASTILHO & PRETI 1987), que reúne diálogos entre dois informantes cultos da cidade de São Paulo. Embora se trate de dados levantados em situação de pesquisa (não escapando, pois, ao "paradoxo do observador" (LABOV 1972:209)), a partir de temas sugeridos pelo investigador, podem ser tomados como representativos de uma fala espontânea. Isso porque os inquéritos não se desenvolvem em forma de entrevista, no sentido estrito, que pressupõe um intercâmbio entrevistador/entrevistado através de perguntas e respostas. Trata-se de diálogos entre dois informantes, onde a atuação do inquiridor é muito discreta, limitando-se basicamente à sugestão temática no início da interação e a intervenções esporádicas e plenamente integradas no desenvolvimento da conversação, compatíveis com o envolvimento natural manifestado por um participante interessado, em uma roda de conversa.

Dos seis inquéritos D2 (diálogo entre dois informantes) publicados em CASTILHO & PRETI (1987), foram selecionadas, para a análise, porções correspondentes a 20 minutos seguidos

Somando-se os índices das duas primeiras categorias, com base no mesmo argumento apresentado para justificar tratamento semelhante adotado na leitura dos dados de MARCUSCHI, obtém-se um quadro diferente, que destaca a presença das R-sintagmáticas:

sintagma:	185 = 84,1%
oração/frase:	35 = 15,9%

¹² Para informações mais completas sobre o Projeto NURC, veja-se a "Apresentação" de Ataliba T. de Castilho, no primeiro volume publicado com os inquéritos de São Paulo (CASTILHO & PRETI (orgs.) 1986:1-14).

de gravação de cada inquérito, contados a partir dos 20 minutos iniciais da entrevista. Estima-se que esses minutos iniciais constituiriam um lapso de tempo razoável e suficiente para os informantes se sentirem à vontade na situação e se envolverem na conversação de forma a falarem com espontaneidade.¹³ Por outro lado, considera-se que 20 minutos de cada inquérito constituem uma amostra representativa das entrevistas, cuja duração varia de 57 a 87 minutos.¹⁴ Para maior clareza, indico abaixo as porções de cada inquérito selecionadas para a análise, referindo-me às linhas que as delimitam no texto publicado. (Acrescento informações sobre os informantes.)

QUADRO- I: O CORPUS (NURC/SP-D2)

inquérito	falantes	linhas	
inq. 343	L1: homem, 26 anos L2: mulher, 25 anos	1. 430-848	(p.28-38)
inq. 62	L1: homem, 26 anos L2: homem, 26 anos	1.385-751	(p.70-79)
inq. 255	L1: homem, 37 anos L2: homem, 40 anos	1.367-755	(p.108-117)
inq. 360	L1: mulher, 37 anos L2: mulher, 36 anos	1.584-1.135	(p.151-165)
inq. 396	L1: homem, 81 anos L2: mulher, 85 anos	1.555-1060	(p.194-206)
inq. 333	L1: mulher, 60 anos L2: mulher, 60 anos	1.447-875	(245-225)

¹³ Na "Apresentação" do volume com os inquéritos D2 do NURC/SP (CASTILHO & PRETI 1987:8), PRETI comenta que, na maioria das entrevistas publicados, pode-se sentir "que os interlocutores pncipiam sua participação com certo artificialismo, decorrente da formalidade própria de uma situação de comunicação marcada pela presença do documentador e do ato de gravação". Mas, continua o Autor, "convém observar, porém,, que decorridos os primeiros dez minutos de gravação (às vezes, até menos), os interlocutores 'soltamse', à medida que o assunto ganha interesse ou então evolui para pontos de atração inesperados, fugindo não raro ao tema proposto inicialmente e favorecendo, com isso, o surgimento de uma situação de comunicação menos formal".

¹⁴ Em seu trabalho, MARCUSCHI (1992:19) tomou para exame 21 minutos de cada inquérito, "com uma escolha de pontos diversificados dentro do diálogo", considerando essa porção suficiente para a análise, uma vez, que, segundo o Autor, a partir, de 20 minutos de interação entre dois indivíduos, constata-se a recorrência das características básicas já identificadas no texto.

3. O CONCEITO DE REPETIÇÃO

Conforme já se adiantou no capítulo anterior, no presente trabalho faz-se uso de um conceito de repetição mais restrito, que toma a reiteração formal de segmentos como critério básico para a identificação do fenômeno. (O termo segmento, por sua neutralidade, pode se aplicar a unidades de diferentes níveis - fonológico, morfológico, sintático. Dentro da perspectiva aqui adotada, o termo se refere a unidades sintáticas.) Isso significa, de saída, que não são identificadas como repetição as recorrências que se assentam em base exclusivamente semântica. Esse conceito de repetição exclui, portanto, as paráfrases que não envolvem recorrência de itens lexicais da unidade sintática parafraseada, bem como exclui as anáforas e as elipses, todas elas aqui entendidas, justamente, como estratégias de fuga à repetição formal.

Para exemplificar, considere-se a passagem abaixo (que é transcrita de forma a destacar, tanto quanto possível, as recorrências que apresenta), em que o falante discorre sobre o tratamento que as companhias aéreas dispensam aos viajantes:

- (1) 1.1 "a gente costuma ser MUlto bem atendido
1.2 e regiamente tratado
1.3 de maneira assim... toda especial
1.4 em termos: particulares eu prefiro a VASP ...
1.5 sempre me dei muito bem com o tratamento da VASP
1.6 { - - - - - } mas nunca fui mal tratado
1.7 ou mal recebido em /outras companhias
/aéreas"

(NURC/SP-255:1.65-69)

Nas linhas 2 e 3 ocorrem paráfrases que não incluem nenhum item lexical do segmento parafraseado:

cf: "*regiamente tratado*" parafraseia "MUlto bem atendido";

"de maneira assim ...toda especial" parafraseia "regiamente", "MUIto bem".

Sob o ponto de vista aqui adotado, não se trata, portanto, de repetição no sentido estrito. Da mesma forma, não são identificadas como repetição as elipses: que podem ser apontadas no texto, que remetem a segmentos expressos em linhas anteriores:

- 1.3: «a gente costuma ser) atendido/tratado) / de maneira assim ... toda especial (cf. 1.4)
- 1.5: (eu) sempre me dei muito bem com o tratamento da VASP (cf. 1.4)
- 1.6: (eu) nunca fui mal tratado (cf. 1.4).

Já na linha 7 ocorre o segmento "*mal recebido*", que parafraseia o sintagma "*mal tratado*" da linha anterior. Ora, neste caso, um dos constituintes do sintagma é formalmente retomado ("*mal*"), satisfazendo-se, assim, o critério básico para a identificação da repetição. Tem-se, portanto, a repetição do sintagma (SAdj); e repetição parcial, já que só um dos constituintes sintagmáticos se mantém. Repetição total tem-se na ocorrência do SN "*a VASP*", da linha 4, que reaparece na linha 5 integrado em um SPrep.

Ainda um outro trecho do mesmo inquérito pode ser tomado para exemplificação:

- (2) 1.1 "quando do vôo inaugural ... da VASP para Manaus
- 1.2 ahn o vôo do:: *One eleven* ...
- 1.3 um dos:: diretores da Companhia me propôs como:: forma de promoção uma
/passagem aérea gratuita ...
- 1.4 eu
- 1.5 eu disse a ele que só poderia aceitar se fosse possível levar minha esposa ~~f~~ tamBÉM ...
- 1.6 então ele disse que nessa circunstância para justificar perante a Companhia a ida da
/minha esposa
- 1.7 eu teria que fazer alguma coisa pela Companhia..."

(NURC/SP - 255:1.112-120)

Na linha 2, a sequência "*o vôo do:: One eleven* " parafraseia o SN da linha anterior, retomando literalmente o núcleo e o seu determinante: caracteriza-se, assim, como repetição. Já a

retomada de "*VASP*" da linha 1, através da paráfrase "*Companhia*", na linha 3, não é identificado como repetição porque não envolve recorrência formal, mas só semântica.

O SN "*um dos diretores da Companhia*", da linha 3, é retomado, em linhas seguintes, pelo pronome "ele" (l. 5, 6) - a anáfora estabelece a co-referencialidade, mas não implica repetição, no sentido estrito, já que não envolve identidade formal entre os segmentos que relaciona. Já o SN "*ele*", da linha 6, evidentemente, identifica-se como repetição do "*ele*", da linha 5; assim como constituem casos de repetição as recorrências do SN "*eu*" (linha 5, 7), que aparece anteriormente na linha 4. Por outro lado a elipse do *eu* na linha 5 - "(*eu*) - só poderia aceitar" - não é reconhecida como repetição.

Ainda na mesma passagem, o SN "*minha esposa*", da linha 5, é objeto de uma repetição na linha seguinte, onde é retomado com função sintática diferente e com o acréscimo do determinante (artigo).

Tendo-se esclarecido que a repetição, tal como é aqui entendida, implica a reiteração formal de itens lexicais, faz-se necessário acrescentar que o conceito recobre os casos em que esses itens recorrem de forma idêntica ou com variação de número e gênero, variação passível de ocorrer no SN, objeto de interesse deste trabalho. Esta decisão metodológica de tratar como repetição formal as recorrências que apresentam variação de número e/ou gênero, tanto quanto as que retomam literalmente itens anteriormente enunciados, sustenta-se no fato de que esse tipo de variação, de nível morfológico (embora determinada por regra de concordância, que concerne à sintaxe), não implica alterações na estrutura da unidade sintática de que esses itens são constituintes. Ou seja, a flexão de gênero e de número integra o paradigma da classe da palavra em questão, ou do "lexema" em questão, na terminologia de LYONS (1979:205), e atua tão somente na estrutura interna dessa unidade. Do ponto de vista sintático, que é o que se privilegia neste estudo, não há propriamente alteração - trata-se do mesmo lexema, implicando as mesmas propriedades sintáticas e as mesmas propriedades semânticas básicas, ressaltando-se apenas as diferenças de significado relativas ao gênero e/ou ao número. Diferentemente do que ocorre na morfologia flexional, os processos próprios à morfologia lexical resultam na formação de novos lexemas, com diferenças semânticas mais importantes, e implicando eventualmente outra classe de palavra, com outras propriedades sintáticas. Assim, casos de recorrência de cognatos envolvendo formas derivadas/formas básicas não serão reconhecidos como repetição.

Os dois tratamentos acima mencionados são exemplificados abaixo.

- (3) 1.1 Doc. "e qual é o prazo L., que eles dão para os concursados assumirem?
1.2 existe alguma lei assim
1.3 l2 tem ...
1.4 tem con/
1.5 concurso é (...) válido por dois anos
1.6 mas o nosso con/concurso felizmente (...)
L1 estendeu-se mais
1.7 L2 houve uma série de irre/éh::
1.8 de irregularidades ... nas lis/
1.9 na apresentação da lista de classificação
1.10 irregularidade "

(NURC/SP - 360:1. 581-590)

Não se reconhece como uma repetição a relação entre "*concursados*" (1.1) e "*concurso*" (1.5) - trata-se de dois lexemas diferentes, aproximados por um processo morfológico do segundo tipo acima mencionado. Por outro lado, identifica-se como repetição a retomada de "*irregularidades*" (1.8) em sua forma singular "*irregularidade*" (1.10) - trata-se do mesmo lexema que reaparece em uma flexão prevista em seu paradigma.

O trecho ainda é de utilidade para um outro esclarecimento: serão desconsiderados na análise os casos em que se observa a ocorrência integral de um item lexical próxima a uma enunciação parcial desse mesmo item, fato atestado mais de uma vez no exemplo acima. Cf:

con/concurso (1.4 e 5; 6)

irre/irregularidades (1.7 e 8);

lis/lista (1.8 e 9).

Embora haja, aí, efetivamente, recorrência formal de segmentos, e, portanto, repetição, ela se situa no nível fonológico. No caso, não se reconhece no segmento menor o estatuto de uma

unidade sintática. E, conforme já se afirmou no início desta seção, é a repetição deste último tipo de segmento que corresponde ao interesse da perspectiva adotada neste trabalho.

Explicitados os critérios que orientam o reconhecimento da repetição neste estudo, e exemplificada sua aplicação a casos concretos, pode-se formular uma definição compatível com esses critérios e voltada especificamente para o recorte aqui privilegiado, a saber, o SN. Considera-se que há repetição de um SN toda vez que pelo menos um de seus constituintes é formalmente reiterado na sequência do discurso, literalmente ou com outra marca de gênero e/ou número. A repetição do SN será total se houver reiteração de todos os seus constituintes, e será parcial se a recorrência não alcançar todos esses constituintes, ocorrendo, neste último caso, substituição ou cancelamento dos constituintes não reiterados.¹⁵ Nos dois tipos de repetição, total ou parcial, poderá ou não haver expansão do SN.

Vejam-se alguns exemplos:

- (4) 1.1 "tem carreiras que seriam brilhantíssimas para a mulher
1.2 que seriam lindas ...
1.3 ma/mas aí um dos lados teria que sofrer ...
1.4 quer dizer ou a mulher se dedica ... inteiramente à carreira e aí ...
 /co/com prejuízo dela como mãe
1.5 como dona de casa
1.6 ou então ela se dedica exclusivamente à dona de casa
1.7 à mãe e aí
 /com prejuízo da carreira
1.8 quer dizer então eu acho uma carreira Boa para mulher nessas condições
1.9 a carreira com que a gente pode:: ...
 /resolver todos os problemas
1.10 sem:: prejudicar nenhuma parte ... não é?

¹⁵ Observe-se que a identificação de uma repetição como total ou parcial toma como ponto de referência o elemento que dá origem à repetição e não o elemento repetidor. Como se verá mais adiante, um SN incompleto poderá ser alvo de uma repetição total, desde que seja integralmente retomado, podendo ou não ser completado ao ser repetido.

O SN "*a mulher*", da linha 1, é objeto de uma repetição total na linha 4, uma vez que seus dois constituintes são aí retomados formalmente. Também o SN "*carreiras*", da mesma linha 1, é alvo de uma repetição total na linha 4, observando-se aí a expansão do SN pela adjunção do determinante (a diferença na expressão do número é ignorada, conforme estabelecido anteriormente). Já esta repetição do SN na linha 4 dá origem a outra, na linha 7, que se identifica como total. Outros dois casos de repetição total de SN ocorrem no trecho, ambos com expansão do sintagma pela adjunção do determinante: "*mãe*" e "*dona de casa*" (l. 4 e 5) são reiterados em quiasmo nas linhas 6 e 7, respectivamente.

O SN "*prejuízo dela como mãe*" (l.4) é objeto de uma repetição parcial na linha 7: o núcleo é reiterado e há substituição no complemento SPrep. O SN "*a carreira*" da linha 7 dá origem a uma repetição parcial na linha 8 - o núcleo é formalmente retomado, e o determinante é substituído. Neste caso, ainda, o SN é expandido por um SAdj ("*Boa*"), e um SPrep ("*para mulher nessas condições*"). Esse SN da linha 8, por sua vez, é objeto de uma repetição parcial na linha seguinte: mantém-se o núcleo e há cancelamento do SAdj, e substituição do determinante e do SPrep.

Deve-se observar que se reconhece como ocorrência de um SN não somente os casos em que o núcleo está preenchido, mas também aqueles em que a estrutura sintagmática nominal está prenunciada pela presença de algum(ns) de seus constituintes iniciais típicos ("especificadores"). Para exemplificação, observem-se as passagens abaixo:

- (5) 1.1 " e há uma certa::
 1.2 u/uma certa aversão ... à::
 1.3 à entrada de muita mulher na carreira de procuradora
 /do Estado..."

- (6) 1.1 L.1 " a classe não é grande ... dos procuradores do Estado
 1.2 com quantos estão agora?

(...)

1.3 uns mil e poucos?

1.4 L2 não uns oitocentos

1.5 L1 oitocentos

(NURC/SP - 360:1. 754 - 755)

Na linha 1 do exemplo (5), a sequência "*uma certa*" introduz uma estrutura sintagmática nominal pelo preenchimento do constituinte quantificador. Esse SN prenunciado é objeto de uma repetição total, na linha 2, acrescida da expansão que preenche o núcleo do sintagma. Fato semelhante observa-se na sequência do exemplo: o determinante "a" introduz um SN na linha 2; é repetido na linha 3, e o SN é expandido pelo preenchimento do núcleo e de um complemento SPrep.

No exemplo (6) também ocorre repetição de SNs que não apresentam o núcleo (1.3, 4 e 5). Desta vez, como se pode ver, a repetição é parcial, e não total como nos casos do exemplo (5). Na linha 3, um SN é representado pelo preenchimento do quantificador. A expressão quantificadora (INDEF. + QUANT.) é parcialmente repetida na linha seguinte: mantém-se o artigo indefinido e substitui-se o quantificador. Não há preenchimento do núcleo nominal. Esse SN (1.4), por sua vez, dá origem a outra repetição parcial (1.5): mantém-se o quantificador da expressão e cancela-se o artigo indefinido. Novamente não se preenche o núcleo do sintagma.

Deve-se apontar, nos casos comentados, uma diferença que se observa entre os exemplos extraídos de (5) e os que se encontram em (6): embora em todos eles se identifiquem construções de SN sem o núcleo nominal, em (6), as estruturas em questão equivalem a um SN completo, isto é, podem ocorrer como um SN independente¹⁶. Já nas construções destacadas em (5) isso não ocorre - trata-se efetivamente de SNs incompletos.

¹⁶ PERINI (1989:156) observa que mais de um constituinte do SN tem distribuição semelhante à do SN completo, podendo ocorrer, como SN independente. Entre os exemplos que menciona inclui casos com quantificador (constituente em questão nas estruturas de (6) acima referidas): "*todos se retiraram*", "*muitos vão votar em você*". MATEUS et alii (1989:184 - 185, 192 - 193) também identificam construções semelhantes em que quantificadores ocorrem autonomamente sem o nome ("Todos saíram da sala, mas *alguns* voltaram"), analisando-as como "SNs em que o núcleo é uma categoria vazia". (PERINI, por um lado, atém-se a seu propósito de "elaborar uma descrição das estruturas superficiais da língua" (p. 17), e, por outro lado, não reconhece que o núcleo "tenha um status particularmente relevante dentro do SN, nem que seja de alguma forma essencial ou central" (p. 164), conforme sua crítica à noção de "cabeça" de um SN (p. 156 - 159). Já as Autoras portuguesas, que também declaram seu propósito de, em sua descrição, procurar, "tanto quanto possível, evidenciar as características de superfície da sintaxe do Português (...), propondo hipóteses sobre a estrutura subjacente apenas quando as formas finais

Pode-se objetar que o tratamento dado a este último caso apresenta dois problemas (interligados, na verdade):

1º) confere o estatuto de SN a um fragmento de SN; e

2º) confunde hesitação e repetição, fenômenos que têm sido tratados separadamente por alguns Autores (cf. MARCUSCHI 1992: 1; CASTILHO 1994:58).

Contra essas objeções devem ser levados em conta os seguintes argumentos:

1º) um SN incompleto é ainda um SN, mesmo porque não se poderá lhe atribuir nenhum outro estatuto sintático. Fora esta alternativa de análise, o que resta seria descartar o dado, ou seja, abrir mão de lhe conferir um tratamento sintático, o que significaria uma recusa à possibilidade de integrá-lo em uma descrição gramatical da língua falada;

2º) se se adota um conceito estrito de repetição, segundo o qual o fenômeno se identifica pela reiteração formal de segmentos, não há como negar que o caso em questão constitui repetição. (O fato de manifestar hesitação é um de seus aspectos.) Deve, portanto, ser tratado e caracterizado dentro do fenômeno geral da repetição. (Com efeito, vários Autores têm se referido à repetição de caráter hesitativo em seus estudos sobre a repetição (PERINI 1980; RAMOS 1985; TRAVAGLIA 1989; BESSA NETO 1991; KOCH 1992), conforme se apontou no capítulo anterior.) Seria importante, justamente, procurar identificar as peculiaridades formais da repetição-hesitação em contraposição a repetições com outro tipo de atuação no discurso. Neste sentido, o tratamento sintático dos SNs incompletos que manifestam hesitação pode representar uma contribuição relevante, permitindo a identificação dos constituintes do SN que se repetem tipicamente neste caso, e que posições sintáticas esses SNs costumam ocupar. Ademais, este tipo de abordagem permitiria integrar o fenômeno da hesitação dentro de uma descrição gramatical da língua falada, o que seria altamente desejável.

Finalizando esta seção, em que se procurou explicitar o conceito de repetição adotado neste estudo, uma informação sobre a terminologia que será usada no trabalho: seguindo sugestão de MARCUSCHI (1992), será identificado pelo termo matriz (M) o segmento que é reiterado, e por repetição (R) o segmento que constitui a reiteração. A matriz (M) corresponde, pois, à base de uma repetição (R).

largamente as justificam" (p. 118), neste caso, justamente, recorrem a um nível subjacente de análise. Por outro lado, consideram o núcleo um constituinte obrigatório do SN (p. 184).

4. OBJETIVOS

Conforme o balanço bibliográfico feito no capítulo anterior, os estudos sobre a repetição no português falado têm revelado fatos recorrentes na manifestação do fenômeno, que têm permitido aos investigadores chegar a certas sistematizações sobre aspectos funcionais e/ou formais da repetição. Essas constatações sugerem uma hipótese mais geral de que, apesar da alta incidência e da variedade com que a repetição se manifesta na língua falada, sua ocorrência aí não se dá de modo aleatório ou caótico, antes, apresenta regularidades. A esse respeito, MARCUSCHI (1992:1) propõe mesmo como um dos objetivos de seu trabalho mostrar que a repetição "se realiza de maneira ordenada e sistemática com formas e posições muito variadas, exercendo funções tanto textuais como discursivas". Já tendo em vista especificamente uma perspectiva gramatical, CASTILHO (1994:60) acentua a importância de se estudar a repetição enquanto processo gramatical constitutivo da língua falada, colocando a hipótese de que a repetição "é um fenômeno regular, provido de classes e funções próprias, ocorrendo em lugares previsíveis".

Nesta direção se colocam os objetivos deste trabalho. Analisando os dados do corpus selecionado, esta investigação procura definir regularidades de funcionamento na repetição do SN, buscando respostas para as seguintes perguntas:

- a) que constituinte(s) do SN se repete(m)?
- b) qual a função sintática do SN que se repete, dentro da sentença (S)?
- c) confirma-se a hipótese de CASTILHO (1994:61) de que "a margem direita da S favorece a R, e a margem esquerda a desfavorece", concentrando-se, assim, a repetição nos constituintes da S que têm maior densidade informacional, de forma a funcionar como recurso que assegura a veiculação da informação ?
- d) confirma-se, ainda, a hipótese de CASTILHO (1994:61) de que os constituintes da direita do sintagma favorecem a R, em harmonia com sua hipótese relativa à distribuição da R na estrutura funcional da S ?

e) há ou não mudança na função sintática do SN que se repete? havendo manutenção da função (considerando-se a repetição no interior da S ou em Ss diferentes), quais são as funções em que o fato se manifesta? havendo recategorização sintática do SN que se repete (considerando-se os dois escopos de atuação mencionados), quais as funções envolvidas e em que direção se dá a recategorização?

Como se pode constatar, o foco de observação converge para o comportamento da R do SN tendo em vista a estrutura interna do SN, e o papel do SN na estrutura funcional da S.

Definidas as tendências apontadas pelos dados, através de um tratamento quantitativo, serão propostas e analisadas hipóteses explicativas para as constatações.

5. CONSTITUIÇÃO INTERNA DO SN

Como um dos objetivos do trabalho é observar que constituintes do SN se repetem, é necessário definir a estrutura interna do sintagma nominal tomada como referência para a análise. Adotou-se a proposta de MATEUS et alii (1989:184-198), com duas ressalvas que serão oportunamente apontadas.

Segundo MATEUS et alii (1989:184), "a estrutura interna do SINTAGMA NOMINAL ('SN') inclui um **núcleo** e opcionalmente outros dois tipos de constituintes: **complementos e especificadores**". Esta estrutura poderia ser assim esquematizada:

(ESPECIFICADORES) + NÚCLEO + (COMPLEMENTOS).

Cabe explicitar, aqui, a primeira das ressalvas a que aludi. Conforme já se observou anteriormente (cf p. ⁵¹⁻⁵³ 7 - 8 deste capítulo), para efeitos da análise aqui empreendida, serão computados como SNs casos em que a estrutura sintagmática nominal está prenunciada pela presença de algum(uns) de seus especificadores, ainda que o núcleo do sintagma não esteja preenchido. Como se pôde ver na justificativa então apresentada, alguns desses casos constituem efetivamente SNs incompletos (que poderão ou não ser completados em sua retomada na sequência do discurso), mas sua consideração na análise será relevante para a identificação de um

certo tipo de atuação da R, como , por exemplo, a manifestação de hesitação (ou ainda a introdução de uma correção). Esses casos, na medida em que se identificam como fragmentos de SNs, na verdade indicam a obrigatoriedade da presença do núcleo na constituição de um SN autônomo.

Por outro lado, outros casos então mencionados (v. exemplo (6)), ainda que não apresentem o núcleo preenchido, podem todavia funcionar como SNs independentes, autônomos. (Nos exemplos considerados isso ocorre com quantificadores desacompanhados de um núcleo nominal.) A possibilidade dessas ocorrências não é ignorada por MATEUS et alii (1989:185,192-193,196), que as analisam como "SNs em que o núcleo é uma categoria vazia", recorrendo, portanto, a um nível subjacente de análise. Se se privilegia uma descrição que se atém às estruturas superficiais da língua, deve-se reconhecer que nestes casos o núcleo nominal é, na verdade, dispensável (PERINI 1989:156), posição que será aqui adotada. Pode-se acrescentar, aqui, o próprio comentário de MATEUS et alii (1989:196) a propósito de exemplos em que ocorrências do tipo em questão funcionam como objeto direto (OD) como se verifica em (8) e (9) abaixo, possíveis respostas à pergunta enunciada em (7) (p. 196):

(7) Ela viu *as cartas*?

(8) Viu *algumas*, julgo até que viu *todas*.

(9) Viu *cinco*.

As Autoras comentam que, pelo fato " de o N ser uma categoria vazia, os especificadores constituem superficialmente o SN, têm função de OD e funcionam como substitutos anafóricos do SN que ocorre na pergunta"(p. 196). (Os grifos são meus)

5.1. ESPECIFICADORES

Segundo a descrição de MATEUS et alii (1989:189-198), os ESPECIFICADORES ocorrem à esquerda do núcleo e neles se integram:

- os **determinantes**,

- os **quantificadores**,
- as **expressões qualitativas**,

que se distinguem por seu comportamento sintático e semântico.

5.1.1. Determinantes

Os **determinantes** incluem os **artigos** (definido e indefinido) e os **dêiticos** (demonstrativos e possessivos).

5.1.2. Quantificadores

Incluem-se na classe dos **quantificadores** os **indefinidos** e os **numerais**. Segundo as Autoras, também funcionam como quantificadores **alguns adjetivos** (como *inúmeros, vários, diversos, bastantes*), em certas circunstâncias (p. 192-193),

As Autoras apontam a ocorrência de quantificadores na estrutura [(ART IND/DEF) + QUANT + de], podendo figurar no lugar dos quantificadores certos nomes que indicam pesos e medidas. Essa estrutura pode ser seguida de artigos e/ou dêiticos. Vejam-se os exemplos abaixo (p. 194):

- (10) *Algumas dessas* maçãs estão verdes.
- (11) *Um pouco de* cultura não faz mal.
- (12) Trouxe *um litro de* leite.
- (13) Dei-lhe *uma pinga de* água e *um bocado de* pão.
- (14) Arrumei *a maior parte dos* livros.

As expressões que correspondem a essa estrutura (em que o quantificador é seguido da preposição de, sendo ou não precedido de artigo) indicam, em termos de quantificação, **uma parte** do nome quantificado. São, por isso, denominadas, pelas Autoras, de **expressões partitivas**.

Quando essas expressões partitivas ocorrem com omissão do N, como se verifica nos exemplos abaixo(possíveis respostas à pergunta (7) anteriormente citada), ocorre também omissão da preposição *de* (p. 197):

(15) Viu *uma parte*.

(16) Viu *a maioria*.

5.1.3. Expressões qualitativas

As **expressões qualitativas** que funcionam como especificadores, à esquerda do núcleo, apresentam a estrutura [DET + ADJ/N + de]. Essas expressões são paralelas às expressões de quantificação acima mencionadas, e, à sua semelhança, admitem artigos e demonstrativos na posição de DET e podem ser seguidas de artigos e/ou dêiticos. Exemplos (p. 195):

(17) *O estúpido do* rapaz saltou do segundo andar.

(18) *A porcaria do meu* carro nunca pega de manhã.

Segundo MATEUS et alii (1989:195), a natureza de especificadores dessas expressões se verifica pelo fato de ser obrigatória sua posição antes do núcleo do SN.

5.1.4. Posição relativa dos especificadores

Quanto à posição relativa dos especificadores, MATEUS et alii (1989:197) observam que "**as expressões de quantificação e as expressões qualitativas não coocorrem (...) e entram em estruturas paralelas que podem anteceder artigos e deícticos (...).** Por sua vez, os **demonstrativos não se conjugam com os artigos (...)** mas tanto uns como outros **podem preceder os possessivos (...)**"

5.2. NÚCLEO

Segundo MATEUS et alii (1989:184-185), funcionam como NÚCLEO do SN

- os **nomes** e

- os **pronomes (pessoais, indefinidos e demonstrativos).**

Diferentemente do que ocorre com os nomes, "os pronomes não admitem especificadores nem complementos" (p. 185).

Conforme já foi observado (cf, neste capítulo, nota 6 e p. ⁵⁶11), casos como:

(19) *Todos* saíram da sala, mas *alguns* voltaram.

(20) Podemos ir para a minha casa porque a *tua* fica longe.

são tratados pelas Autoras (p. 185) como "SNs em que o núcleo é uma categoria vazia" - só aparentemente o núcleo do SN seria ocupado por especificadores. Segundo as Autoras, o fato de que esses especificadores apresentam "em superfície um comportamento idêntico ao dos pronomes" como os de:

(21) *Ninguém* apareceu para almoçar. (p. 184)

(22) Não quero *nada*. (p. 184)

se explicaria pela atuação de regras sintáticas. Diferentemente do que ocorre com os pronomes, os especificadores de SNs em que o núcleo é uma categoria vazia " podem conjugar-se com outros especificadores e com vários tipos de complementos" (p.185), como no exemplo:

(23) *Todos estes* saíram da sala mas *alguns mais curiosos* voltaram.

5.3. COMPLEMENTOS

Conforme a descrição de MATEUS et alii (1989: 185-189), os COMPLEMENTOS ocorrem à direita do núcleo , e compreendem:

síntagmas adjetivais ('SADJ');

sintagmas preposicionais ('SPREP');

frases relativas;

epítetos.

5.3.1. Sintagmas Adjetivais

Segundo as Autoras, o SAdj habitualmente vem depois do núcleo. Todavia, quando "inclui a quantificação denominada superlativo relativo, **antecede obrigatoriamente** o N" (p. 186). Exemplo:

(24) Passou na rua *a mais bonita das* mulheres.

Observam também as Autoras que "dois ou mais SADJs podem ser complementos do mesmo nome" (p. 186):

(25) A *atual* situação *política*.

(26) A situação *política atual*. (*italico*)

5.3.2. Sintagmas Preposicionais

Segundo a descrição de MATEUS et alii (1989:187), os SPreps complementos do N podem incluir SNs, frases não finitas e finitas; podem seguir-se a SAdjs; e podem combinar-se entre si. Veja-se, a propósito, a exemplificação abaixo:

(27) Fez um ensaio *sobre o ridículo*.

(28) Tenho uma casa *para viver com os meus irmãos*.

(29) Compraram uma toalha *com que cobriram a mesa*.

(30) Um cigarro muito longo *de marca estrangeira*.

(31) Tem camisas *de seda para homem*?

5.3.3. Frases Relativas

MATEUS et alii (1989:187) observam que "as frases que servem de complemento ao N seguem-se-lhe imediatamente e são iniciadas por um pronome relativo". Exemplos:

(32) O chapéu *que estava no armário* desapareceu.

(33) Traz tudo *quanto encontrares* no quarto.

5.3.4. Epítetos

MATEUS et alii (1989:188) identificam como **epítetos** "certas expressões parentéticas, isoladas por pausa no interior do SN e colocadas à direita do núcleo", e que funcionariam como complemento do N. Segundo as Autoras, os epítetos podem ser:

SNs;

SADJs;

Fs (frases);

citando como exemplos (p. 188):

(34) Adriano, *o imperador de Roma*, era um homem só.

(35) O João, *todo contente*, partiu para os EUA.

(36) Os teus primos, *os que vieram da Califórnia*, chegam hoje.

(37) Os homens, *que parecem fortes*, são na realidade uns fracos.

Observa-se que as construções acima identificados como epítetos são tradicionalmente denominadas "apostos", "frases apositivas" ou "explicativas", como o lembram MATEUS et alii (1989:188).

É sobre a consideração dos epítetos como complementos do N que se coloca a segunda das ressalvas a que aludi no início desta seção, em relação à proposta de MATEUS et alii quanto

à constituição interna do SN. No caso do exemplo (34), tem-se, de acordo com essa descrição, um SN como constituinte de um SN, o que parece circular em termos de definição da unidade. Se *Adriano* é um SN, assim como *o imperador de Roma*, parece mais aceitável considerar as duas construções como duas realizações diferentes de uma mesma unidade, ou seja, como estruturas paralelas, equivalentes (que remetem ao mesmo referente, inclusive), e não propriamente como estruturas que se relacionam em termos de uma hierarquia.¹⁷

PERINI (1989:182-184) não inclui o aposto entre os constituintes do SN. O Autor argumenta que "o aposto tem uma estrutura interna muito semelhante à do próprio SN." Acredita que, "embora não se possa falar de identidade total", no caso, "pode-se falar de alto grau de paralelismo" (p.183). E observa: "é como se tratasse mais de um caso de repetição de SN do que propriamente de um termo independente" (p. 183).

Devo observar que, embora o aposto tenha basicamente a mesma estrutura do constituinte imediatamente anterior, não me parece que se deva desconsiderar que tem uma posição ou distribuição característica dentro da S, que é justamente a de se colocar em sequência ao constituinte cujo referente retoma (v. nota7). Trata-se, portanto, no caso de (34), por exemplo, de um outro SN, com outra função dentro da S, ainda que essa função seja vista sempre como meio marginal dentro da estrutura funcional da sentença. Na análise que será aqui desenvolvida, esse tipo de epíteto não será tratado como um complemento do SN, mas como um outro SN, com outra função sintática na S.

Em resumo, a estrutura do SN adotada na análise pode ser assim esquematizada:

ESPECIFICADORES	+ NÚCLEO +	COMPLEMENTOS
DET / QUANT/ EXPR. QUALIT.	N ou PRON	SAdj / SPrep / F _i RELAT.

6. A ABORDAGEM MICROTTEXTUAL: DUAS QUESTÕES DE ANÁLISE

¹⁷ Pode-se entender neste sentido a afirmação de CÂMARA (1968:55-56) de que na aposição tem-se uma sequência e não um sintagma.

Conforme já se mencionou no final do capítulo anterior, este trabalho privilegiará uma abordagem microtextual da repetição, e não uma abordagem macrotextual como se tem feito predominantemente nos estudos sobre o tema em relação ao português falado no Brasil.

Esta decisão é decorrente da perspectiva de análise aqui adotada - uma perspectiva sintática, que procura observar a ocorrência e a atuação da R do SN dentro da sentença, e entre sentenças.

Quanto ao primeiro âmbito de observação apontado - a R do SN no interior da S fica patente o caráter microtextual do enfoque. Já quanto ao segundo - a atuação da R do SN entre Ss - pode-se dar margem a alguma imprecisão.

Explicando melhor: ao longo dos inquéritos analisados, há Rs que retomam uma M muito distante (evidenciando a manutenção do tópico no discurso), espalhando-se essas Rs por uma grande extensão do diálogo, ocorrendo elas de forma esparsa (isto é, atesta-se uma R isolada dentro de uma sequência de Ss), ou caracterizando certas concentrações (ocorrências próximas de Rs). Por exemplo: no inquérito NURC/SP 343, o tópico proposto aos informantes pelo documentador, no início da entrevista, é a "cidade" em que vivem. O termo "cidade", núcleo de um SN, é, assim, retomado, ao longo da conversação, por dezenas de vezes, de forma esparsa, ou concentradamente. Duas questões metodológicas colocam-se, então:

- dado que o enfoque do trabalho é sintático, há interesse em se considerar o caso de uma R que retoma uma M bem distante? Ou seja, há relevância sintática nesse tipo de caso ou o ponto relevante aí é a atuação da R na estruturação textual (como fator de coesão/coerência do texto)?
- quando há uma concentração de Rs a partir de uma mesma M, deve-se tratar cada R em relação a essa M ou deve-se considerar cada R em relação à ocorrência precedente da forma retomada?

Em relação à primeira questão, parece-me que esse tipo de R que retoma uma M muito distante, revelando manutenção do tópico conversacional, teria interesse para uma consideração da estruturação do texto enquanto uma unidade, mas seria menos relevante para uma abordagem sintática em que importa mais focalizar a articulação entre Ss contíguas. Neste sentido, será aqui adotado o critério de se examinar apenas a R do SN que aproxima sentenças vizinhas. Aplicando esse critério ao exemplo do inquérito NURC/SP 343, isso significa que vai haver ocorrências de "cidade" que, embora retomem o termo que abre a entrevista, não serão computadas como R para

efeitos da análise aqui desenvolvida, porque estão distantes de outras ocorrências desse nome, isto é, não configuram uma relação de vizinhança entre a M e, ^aR.

Dentro do mesmo espírito define-se o tratamento ao caso de concentração de Rs colocado na segunda questão acima enunciada. Parece mais interessante, do ponto de vista sintático, observar passo a passo as relações de repetição. Isto é, focalizar 2 a 2 os SNs envolvidos em repetição, e levando em conta sua sequência. Assim, havendo uma sequência de Rs (R1, R2, ...) seria observada a relação entre R1 e M- entre R2 e R1 (que se constituiria, então, em M da R seguinte), e assim por diante. Esse tipo de abordagem estritamente microtextual permitirá, parece-me, trazer à vista o dinamismo da construção da língua falada no que se refere à utilização do recurso repetição.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Irandé Costa 1994. "O papel da repetição na construção textual". Boletim ABRALIN nº 15:131-138
- BESSA NETO, Regina Stela 1991. A repetição lexical em textos narrativos orais e escritos. Dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, pp. 235.
- _____. 1994. "Conexão: uma sobrefunção da repetição lexical em narrativas." Boletim ABRALIN nº 15:148-152.
- BLANCHE-BENVENISTE, Claire 1987. Place des analyses grammaticales dans l'étude de la langue parlée. mimeo., pp.23.
- BLANCHE-BENVENISTE, Claire et alii 1979. "Des grilles pour le français parlé." Recherches sur le français parlé 2: 163-206.
- CÂMARA JR. J. Mattoso 1968. Dicionário de Filologia e Gramática. 3ª ed.rev. e aum. Rio de Janeiro: J. Ozon.
- CASTELEIRO, João Malaca 1975. "Aspectos da sintaxe do português falado no interior do país". Boletim de Filologia, tomo XXIV, fasc. 1-4:57-74.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de 1993. A repetição no português falado. X Congresso Internacional da ALFAL, inédito, pp.13
- _____. 1994. "Problemas de descrição da língua falada". DELTA, vol. 10, nº 1:47-71.
- _____. 1996. Para uma sintaxe da repetição. Língua falada e gramaticalização. São Paulo, USP, pp. 30, inédito.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de & PRETI, Dino (orgs.) 1986. A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. São Paulo: T. A. Queiroz, vol. I, Elocuções Formais.
- _____. 1987. A linguagem falada culta na cidade de São Paulo. São Paulo: T. A. Queiroz / FAPESP, vol. II, Diálogos entre dois informantes.
- CASTRO, Vandersí Sant'Ana 1994. "Um caso de repetição no português". Cadernos de Estudos Linguísticos 27:85-101.
- DASCAL, Marcelo 1982. "Introdução" In: Marcelo Dascal (org.) Fundamentos metodológicos da Linguística. vol. IV Campinas: 7-22.

- DUTRA, Rosália 1990. A repetição oracional como elemento de coesão nas narrativas orais: estrutura e entoação. Belo Horizonte: Seminário do GT de Análise da Conversação, ANPOLL, inédito, pp.11.
- JOHNSTONE, Barbara 1987. "An Introduction". Text 7 (3): 205-214.
- KOCH, Ingedore G. Villaça 1990. Reflexões sobre a repetição. Belo Horizonte: Seminário do GT de Análise da Conversação, ANPOLL, inédito, pp.9.
- _____. 1992. A repetição como mecanismo estruturador do texto falado. Campinas, IEL-UNICAMP, pp.26.
- _____. 1994. "Funções retóricas e interativas da repetição." Boletim ABRALIN nº 15:153-158.
- LABOV, William 1972. Sociolinguistics patterns. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- LEVINSON, Stephen C. 1983. "The scope of pragmatics". In: Pragmatics. London, Cambridge University Press: 1-53.
- LI, Charles N. & THOMPSON, Sandra A. 1976. "Subject and topic: a new typology of language". In: Charles N. Li (ed.). Subject and topic. New York: Academic Press: 457-489.
- LYONS, John 1979. Introdução à lingüística teórica. Trad. de Rosa V. Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Ed. Nacional / Ed. da USP.
- _____. 1980. Semântica. vol.1. Trad. Wanda Ramos. Lisboa: Presença/São Paulo: Martins Fontes.
- MAÇÃS, Delmira 1984. "O lugar da palavra repetida no eixo sintagmático em relação à expressividade da frase". In: Günter Holtus & Edgar Radtke (org.). Umgangssprache in der Iberoromania. Festschrift für Heinz Kröll. Tübingen, Gunter Narr Verlag: 187-196.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio 1991. "Análise da conversação e análise gramatical". Boletim da ABRALIN 10: 11 - 34.
- _____. 1992. A repetição na língua falada. Formas e funções. Tese para Concurso de Professor Titular. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, pp.I-VII, 196.
- _____. 1996. "A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual." In: Ingedore G. V. Koch (org.). Gramática do Português Falado. vol. VI, Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP: 95-130.
- MATEUS, Maria Helena Mira et alii 1989. Gramática da língua portuguesa (2ª ed. rev. e aument.) Lisboa: Caminho.

- NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do 1988. Reiteraões lexicais observadas no discurso oral de Luís F. Lindley Cintra. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, inédito, pp.7.
- NEVES, Maria Helena de Moura & BRAGA, Maria Luiza. Padrões de repetição na articulação de orações. Campos do Jordão: IX Seminário do Projeto de GPF, inédito, pp.21.
- ONO, Tsuyoshi & THOMPSON, Sandra A. 1994a. "What can conversation tell us about syntax?" mimeo, pp.48 (Preparado para Philip W. Davis (ed.) - Descriptive and Theoretical Modes in the Alternative Linguistics. Benjamins).
- _____. 1994b. "Interaction and syntax in the structure of conversational discourse". mimeo, pp. 34 (Preparado para Eduard Hovy & Donia Scott (eds) - Discourse Processing: an interdisciplinary perspective. Heldeiberg Springer-Verlag.)
- PERINI, Mário Alberto 1980. "A função da repetição no reconhecimento de sentenças". Ensaios de Linguística 3: 111-123.
- _____. 1989. Sintaxe portuguesa. Metodologia e funções. São Paulo: Ática.
- PONTES, Eunice 1987. O tópico no português do Brasil. Campinas. Pontes, pp. 169.
- RAMOS, Jânia M. 1985. Hipóteses para uma taxonomia das repetições no estilo falado. Versão resumo de dissertação de mestrado defendida na UFMG em 1983, inédito, pp.19.
- RISSE, Mercedes Sanfelice 1990. "A recorrência da informação como fator de coesão no diálogo". Alfa 34:75-84.
- RONCARATI, Cláudia 1994. "Repetição e saliência na construção do texto oral. Questões e aplicações." Boletim ABRALIN nº 15: 139-147.
- SOUZA, Cláudia Nívea Roncarati de 1990. Reiteração e paráfrase em estruturas paralelas. Belo Horizonte: Seminário do GT de Análise da Conversação, ANPOLL, pp.14.
- TANNEN, Deborah 1987. "Repetition in conversation: toward a poetic talk". Language vol. 63, nº 3:574-605.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos 1989. "Considerações sobre a repetição na língua oral e na conversação". Letras & Letras 5 (1-2): 5-61.

Vanderlei Costa